



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PROER		
EVENTO: Audiência pública	Nº: 001466/01	DATA: 28/11/01
INÍCIO: 14h46min	TÉRMINO: 16h57min	DURAÇÃO: 2h11min
TEMPO DE GRAVAÇÃO:	PÁGINAS: 61	QUARTOS: 14
REVISORES: GILBERTO, LUCI, MARIA TERESA, MADALENA, WALDECÍRIA, LUCIENE FLEURY, CÁSSIA REGINA		
SUPERVISÃO: SEM SUPERVISÃO		
CONCATENAÇÃO: ESTELA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS - Economista

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 22ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as relações do Banco Central do Brasil com o sistema financeiro privado. Informo aos Srs. Parlamentares que a ata da 21ª reunião foi distribuída, indagando se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Solicito a suspensão da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Dispensada a leitura. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. Aprovada. Comunico o recebimento de ofício do Banco Central em resposta à solicitação desta CPI relativa a informações sobre saldo dos depósitos dos bancos, custo médio mensal pago pelo Banco Central aos seus títulos e saldo atual e receita mensal do Fundo Garantidor de Crédito. Também informo o recebimento de complemento de informação encaminhada pelo Ministério Público Federal. Os documentos estão à disposição dos Parlamentares na Secretaria da Comissão. Esta reunião foi convocada para audiência pública com o Sr. José Roberto Mendonça de Barros e para apreciação dos requerimentos constantes da pauta divulgada. Na primeira parte da sessão, convido o Sr. José Roberto Mendonça de Barros para sentar-se à Mesa dos trabalhos. *(Pausa.)* Dando início, concedo a palavra ao Sr. José Roberto Mendonça de Barros.

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Boa tarde a todos. Queria cumprimentar o Presidente, Deputado Fruet, especialmente o Relator, Deputado Alberto Goldman, e todos que estão aqui presentes. Gostaria de dizer poucas palavras, em termos de abertura. Primeiro, que eu vou me cingir a observações de caráter macroeconômico, que é o que eu posso, eventualmente, trazer alguma coisa de interesse à Comissão. Está ligado à avaliação do programa, do seu ponto de vista macroeconômico. Adianto que a minha avaliação é que ele fez parte de um conjunto de ações logo após a estabilização que, olhando como um todo, é extremamente bem-sucedido. Isso achava eu na ocasião, por volta de... já em 96, 97 e, com o benefício da distância de mais algum tempo, sigo mais convicto ainda do que antes que ele foi bastante importante. Então, deixe-me colocar aqui algumas poucas observações. A primeira: é importante refletir por que, em termos



genéricos, seria razoável de se esperar a necessidade de um programa que lidasse com a situação bancária após um projeto de estabilização, de queda rápida da inflação e bem-sucedida. Isso, na verdade, aconteceu praticamente em todos os casos de estabilização bem-sucedida que se conhecem e existem, pelo menos, três ou quatro razões que possam explicar isso. A primeira — sei que é útil lembrar, embora não seja necessariamente uma novidade — é que o Brasil foi um dos poucos países do mundo onde nós temos registro de uma inflação de três dígitos, isto é, acima de 100% ao ano, por mais de uma década, apenas intermitentemente interrompida com os programas heterodoxos dos anos 80. Com esta alta inflação, a atividade bancária passa a depender, cada vez mais, da captura do que se chama imposto inflacionário ou do **float**, do fato de reter recursos em trânsito, por algum momento, nas suas contas, e aplicá-los em geral, comprando títulos públicos. Isso produz uma receita, e essa receita é crescentemente importante. É normal que isso aconteça em muitos lugares e aconteceu aqui, em condições de inflação muito alta. Na verdade, é pior do que isso, porque a manutenção de inflação muito alta por muito tempo altera a própria estrutura e a estratégia das instituições bancárias. Em que sentido? No sentido de que a rede de agências aumenta muito e o que interessa, nas agências, é a captura de depósitos nas agências captadoras. As agências não precisam, necessariamente, ter negócios próprios, clientes em torno da agência, de tal sorte que ela possa gerar o seu próprio resultado, mas ela é, essencialmente, uma agência captadora, que repassa esses recursos para a mesa de operações, e essa mesa de operações aplica em títulos privados e públicos e, aí, vem a captura do **float**. Na verdade, se a gente olhar, já no fim dos anos 80 e certamente nos anos 90, a estrutura de custos do sistema financeiro começou a crescer porque uma agência típica de primeira classe, na realidade, tem três agências de banco lá dentro: tem uma agência tradicional, física, com estacionamento, um prédio, um bocado de gente, que custa dinheiro; tem uma agência **on-line**, onde o cidadão pode entrar e consultar no terminal o saldo dele em Fortaleza, no Rio Grande do Sul etc.; e, na porta de todas as agências de alguma importância, tem um quiosque que custa 500 mil reais, 1 milhão de reais, 1,5 milhão de reais, que é uma agência **on-line** — costumava ser 24 horas, temporariamente ela só funciona até as 10 da noite —, mas, na verdade, são três agências numa só.



Isso põe os custos mais elevados, mas tudo isso era pago pela inflação. Quando a inflação cai... E já havia acontecido isso, um ensaio geral de mostrar o tamanho do problema, entre março e junho de 86, no tempo em que o Plano Cruzado ainda era um sucesso absoluto. Essa é a primeira razão, quer dizer, aparece um descompasso entre custos e receita dos bancos, quando o resultado do **floating**, a captura do **floating** não aparece mais. Mas não é só isso. A segunda razão pela qual aumenta a probabilidade de um problema no sistema bancário, quando estabiliza rápido, é que todas as empresas que vinham trabalhando com algum tipo de deficiência e de prejuízo acumulado ocorrendo e que conseguiam rolar suas posições por causa da inflação — quer dizer, saca o cheque dois dias antes, pede para o gerente segurar um pouquinho, e a inflação vai empurrando para frente —, quando cai rapidamente a taxa da inflação, o que acaba acontecendo é que esse passivo aparece, fica exposto. Por isso que para muitas empresas foi muito mais difícil viver com estabilização do que com inflação alta. Além disso, também acho que é conhecido — eu quero apenas lembrar —, a inflação alta também produziu, numa série de empresas, tipicamente em tudo que é atividade comercial, mas não só lá, uma situação onde muitas empresas conseguiam ter lucro vendendo mais barato do que compraram, desde que eles comprassem com prazo e vendessem à vista, que é típico do comércio. De novo, é uma coisa... Quando a inflação cai, muitas empresas, de repente, perceberam que as suas margens eram insuficientes para sustentar a atividade; daí, ela vira um risco bancário; daí, a gente pode ter problemas de insolvência. E a última razão pela qual é normal que aconteça esse tipo de coisa é que, quando o sistema bancário percebe que ele está com uma estrutura de custos inconsistentes com a estrutura de receita, a reação é gerar ativos, fazer empréstimos muito rapidamente a prazo curto, como forma de compensar a perda do chamado **float** inflacionário. Ora, também acontece em todos os lugares do mundo e certamente aqui, a aceleração. Aumentar um volume de créditos muito rapidamente produz uma certa leniência da concessão de créditos, aumenta o risco da carteira e aumenta a inadimplência. A inadimplência média bancária, por exemplo, subiu, de empréstimos em atraso e liquidação, de algo da ordem de 7%, no fim de 94, rapidamente atingindo 14% por volta de julho de 96, o que é um número considerável, é um número importante. Então, o primeiro ponto é



esse, quer dizer, não é de surpreender, não é específico do Brasil que aparecessem problemas no sistema financeiro, em particular no sistema bancário, como consequência ou como resultado de uma queda abrupta da inflação, que é o que acabou acontecendo. Essa é a primeira observação. A segunda observação é que eu acho importante lembrar — também não é uma novidade — que o programa econômico, lidando com essa questão do sistema financeiro, foi mais amplo do que o PROER. Ele envolveu um programa de fortalecimento dos bancos públicos federais e já começou em 94, com a instituição do COMIF, do Comitê das Instituições Financeiras, que procurava exatamente preparar as instituições públicas federais para essa situação nova. Ele envolveu, posteriormente, um programa de ajuste do PROER, vários ajustes que foram feitos sem a necessidade, sem a concorrência de empréstimos do PROER, um grande programa de ajuste dos bancos estaduais, o PROES, e, mais recentemente — isso é coisa deste ano ainda —, uma nova rodada de fortalecimento dos bancos estatais federais. Os volumes envolvidos foram consideráveis e talvez seja útil lembrar que os volumes liberados pelo PROER foram parte até menor desse conjunto de esforço que foi feito ao longo desses anos. Além disso, creio que já possa até ter sido levantada nesta Comissão, mais de uma vez, quer dizer, o PROER foi parte de uma revisão muito generalizada e muito mais ampla de toda a regulação, de toda a forma de lidar com o setor bancário. Começou, para lembrar as coisas mais importantes além do PROER... a instituição, a compulsoriedade de atendimento dos critérios de capital de Basileia, que é do fim de 1994, é uma coisa importante; o Fundo Garantidor de Crédito fez parte do conjunto que está aí colocado, aumentou o poder de intervenção do Banco Central na direção da fiscalização preventiva das instituições financeiras com alteração legal; deu a responsabilidade das empresas de auditoria contábil pelas suas observações; ampliou a área de abrangência da fiscalização do Banco Central para todas as dependências e agências aqui e no exterior; permitiu a cobrança de tarifas de tal forma que pudesse equilibrar mais custos e receitas; criou a central de riscos, uma coisa assim extremamente importante. Portanto, isso foi parte de um conjunto, de um avanço generalizado na questão da regulamentação, que se soma à atenção dada para todos os tipos de instituições financeiras que aqui tiveram... que foram aqui colocadas. Um número considerável de instituições financeiras



efetivamente teve alterada a sua situação, desde liquidação, alteração de controle etc., e queria lembrar que a maior parte desses casos aconteceu sem a interveniência de créditos de operações do tipo PROER, quer dizer, envolveu um conjunto grande. O resultado disso é que nós tivemos uma estabilização rápida, não diria abrupta, mas certamente ela foi rápida no período de estabilização mesmo, isto é, onde nós tivemos risco de eventualmente retomar a inflação. A estabilização, para mim, foi entre 94 e fim de 96. Ao fim de 96, a memória inflacionária estava fora do sistema, não é, e é isso que permitiu que a inflação não voltasse, mesmo com uma sucessão de choques que ocorreram, desde a crise da Ásia até as alterações no regime e no valor da taxa de câmbio, na taxa do real frente ao dólar. Nada disso trouxe de volta a inflação, que é a melhor forma de demonstrar o quão enraizada a estabilidade acabou sendo. O papel de todo esse programa de intervenção no mercado financeiro foi exatamente isso: ampliar as questões preventivas, fazer intervenções quando necessário for, olhar todos os tipos de instituição e, com isso, evitar que tivesse aparecido um problema marginalizado de crise bancária, que, volto a dizer, ocorreu num número bastante grande de países. Aliás, inclusive o Brasil tem uma característica peculiar: talvez um dos poucos países onde, após uma estabilização, foi possível lidar com a questão do sistema financeiro sem que o sistema bancário nacional privado desaparecesse. É praticamente o único. Se a gente pegar na Argentina, no México, em todos os outros casos, o que acabou remanescendo foi essencialmente bancos internacionais e alguns bancos estatais. No caso da Argentina, por exemplo, sobrou o Galícia; fora o Galícia, não tem mais nenhum banco que seja argentino, enquanto que no Brasil, na verdade, há um mercado bancário competitivo, forte, e um sistema bancário que foi avaliado e reavaliado como sendo bastante competente, bastante organizado e que enfrentou essa transição da inflação alta para a inflação baixa, da criação de crédito, da sua reorganização, especialmente a partir dessa revisão generalizada da regulamentação bancária, de uma forma bastante importante. Eu não tenho dúvida de que esses programas ligados ao sistema bancário, incluindo o PROER mas não apenas o PROER, tanto quanto a reestruturação no endividamento dos Estados — em alguns casos, é parte simultânea do mesmo processo —, compõem duas condições absolutamente indispensáveis para se entender por que essa inflação



caiu e lá ficou. Não é a condição... ela não é suficiente, naturalmente, mas uma das condições necessárias para que isso acontecesse seria ter passado por isso. De modo que eu acho que, de um ponto de vista macroeconômico e com o benefício da passagem do tempo... eu não tenho dúvida em dizer que esse programa foi extremamente bem-sucedido, embora muito discutido. A outra questão que se levanta com frequência é a questão do custo do programa. Já em 97, eu ainda estava no Governo, quando escrevi um artigo junto com um colega da SPE, chamando a atenção para que ia demorar muito para se poder avaliar, com cuidado e corretamente, qual seria o custo do programa, basicamente porque os empréstimos foram concedidos com 120% de garantia. Boa parte desses papéis eram papéis de emissão — acho que a quase totalidade — do Tesouro Nacional, de modo que são papéis que, na maturidade, vão se repagar totalmente. Esses papéis foram, na verdade, se valorizando ao longo do tempo, exatamente pela percepção da situação, da melhoria da situação financeira do Tesouro Nacional e que todos eles seriam... todos os contratos seriam atendidos. Todos os papéis foram securitizados, o que fez com o seu valor no mercado secundário fosse subindo, ao longo do tempo. Mas, como são papéis de caráter... de maturidade mais longa, leva um certo tempo para que, efetivamente, essa recuperação seja dos créditos das instituições originais, seja do resgate desse papéis... isso possa ser feito. Queria dar só um exemplo de como isso é uma função do tempo. Um trabalho recente de dois professores da PUC do Rio de Janeiro, Prof. Garcia e Prof. Bevilacqua, é um trabalho que não está dirigido ao PROER especificamente, mas é sobre a avaliação das contas públicas. Ele faz uma abertura do endividamento da dívida interna federal e, para poder fazer avaliação de por que ele cresceu, ele é obrigado a pegar a avaliação dos ativos das autoridades. Esses ativos das autoridades são de diversas naturezas: são créditos variados do Governo Federal, créditos que resultaram da negociação dos Estados, mas um dos itens que aparecem aqui são créditos do Banco Central às instituições financeiras. Em dezembro de 94, esses créditos eram de 4% do BIP — isso é muito antes do PROER, portanto. Com o início da estabilização e em parte por causa desses programas todos — PROER, PROES, etc. — esse número sobe até o máximo de 8,35, na posição de dezembro de 96 e, aí, vem caindo, de tal sorte que, em setembro de 2001, agora, que é o



último dado disponível, esse valor está em 1,77. Ou seja, o conjunto dos empréstimos do Banco Central para o sistema bancário, que envolve redesconto, diversos tipos de empréstimo, começou na estabilização em 4% do BIP, sobe até oito e cai, agora, para 1,77, exatamente porque vai maturando os créditos, a taxa de repagamento vai aumentando e essa exposição vai se reduzindo. O que faz que, do ponto de vista de custo do programa, nós ainda não temos condição de fazer uma avaliação final desse custo. Mas, certamente, pode-se dizer que ele será muito menor — seja o tamanho que for — daquilo que se poderia avaliar. O que adiciona, ademais, além da percepção que eu tenho do quão importante foi isso no programa de estabilização e junto com os programas de revisão da dívida dos Estados... Coloca uma observação final, que é a que eu queria deixar com os senhores, que é a minha avaliação do ponto de vista macroeconômico: que foi um programa extremamente bem-sucedido e que foi oportuno, necessário, na verdade, e que a passagem do tempo acaba, cada vez mais, a meu juízo, por demonstrar a sua eficiência e a sua oportunidade. É o que eu gostaria de colocar nessa abertura, agradecendo mais uma vez a oportunidade de falar aqui na abertura. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Agradecendo ao Dr. Mendonça de Barros, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Deputado, ilustre convidado, Dr. José Roberto Mendonça de Barros, que abrilhanta mais uma vez com a sua participação nesta Casa, a respeito do seu conhecimento das matérias com que tem lidado ao longo desses últimos anos. Aqui o nosso tema central é o PROER, a concepção do PROER e a execução do PROER. Do ponto de vista macro, vem ao encontro daquilo que nós já tínhamos convicção do acerto do programa PROER para o sistema financeiro brasileiro, para a economia brasileira, em defesa da ordem econômica nacional e em defesa da economia popular. Não resta para mim nenhuma dúvida de que nós não tínhamos como atravessar a turbulência da crise do sistema financeiro brasileiro, do sistema financeiro bancário, sem passarmos por um programa de reestruturação nos moldes do PROER. O PROER e todas as etapas, o programa de garantia das contas, a reestruturação dos bancos estaduais e dos bancos federais. Então, para repetir — e aqui evidentemente somos obrigados a fazer a repetição do entendimento —, e, no caso,



com a participação de V.Sa., é essa a ênfase macroeconômica da concepção do modelo. Vivíamos num regime inflacionário, onde os bancos viviam às custas da exploração da inflação e a inflação roubava dos mais pobres, tomava todo poder de compra dos mais pobres. E nós utilizávamos, na época, uma máxima do velho MDB de guerra — estava na cartilha do MDB — de que os preços subiam pelos elevadores e o salário pelas escadas. E realmente a inflação protegeu aqueles que tinham mais e privou, tolheu a possibilidade de milhões de brasileiros ao longo de décadas neste País. Por isso que, quando veio o Plano Real, a estabilidade econômica, dei boas-vindas, me incorporei ao programa de estabilidade, ao conjunto de medidas de reformas estruturais, que não foram completadas, que são fundamentais para dar continuidade à programação do País, para o crescimento sustentado. Sem o conjunto das reformas, nós não iríamos avançar. Então, realmente quero deixar mais uma vez patente — como tenho feito aqui — que quanto à execução do PROER, aos liquidantes, aos interventores, à utilização dos recursos é que cabe realmente uma fiscalização profunda, que é o que está sendo feito por esta Comissão, pelo Presidente e pelo ilustre Relator da nossa Comissão. Inclusive a quebra de sigilo de muitos liquidantes, interventores, se for o caso até de autoridades. Mas, então, reforçando a questão do PROER. E a concepção popular de que o PROER é dinheiro do Governo. Não é. É dinheiro do sistema bancário, que volta para o sistema bancário. Não há prejuízo caracterizado até agora pelo PROER do dinheiro dos impostos, dinheiro dos remédios, dinheiro das crianças, dinheiro dos velhinhos. Não. Não há dinheiro das crianças, dos velhinhos, dos remédios tirado para a sustentação do programa do sistema financeiro bancário. Isso aqui foi falado à exaustão, que tomou um domínio popular, como se tivesse tirado dinheiro do Orçamento para bancar um programa de reestruturação do sistema financeiro bancário. Não. O que nós vimos é um dinheiro captado entre os bancos para resolver o problema dos bancos e que, na contabilidade final, eu creio que não vai haver problema nesse fundo PROER. Poderá haver problema, sim, na reestruturação dos bancos estaduais. Sem dúvida alguma, um prejuízo para o Tesouro Federal e Estaduais, e nos bancos federais que o Tesouro teve que aportar recursos também pela execução da condução dos seus bancos federais e os Estados com seus bancos estaduais. Então, registro que, na defesa da ordem



econômica nacional e da economia popular, foram atingidos os objetivos do PROER. Quer dizer, o PROER era necessário e fundamental, assim como foi necessária a reestruturação dos bancos estaduais e dos bancos federais, porque a inflação é que dava lucro. Eu me lembro que o PIB do setor financeiro bancário chegava a 16, 17%. Hoje, está aí na faixa de 6, 7%. Hoje, a preocupação que eu tenho do sistema financeiro bancário brasileiro é com a alta lucratividade. É claro, nós temos uma das maiores taxas de juros praticadas em todo o mundo. Isso faz com que realmente os bancos, em vez de aplicar no setor produtivo, prefiram comprar títulos do Governo. É muito cômodo, muito tranqüilo, muito seguro, porque tem uma rentabilidade elevada. Isso faz com que a gente viva perguntando: quem trabalha e produz na agricultura, na agroindústria, na indústria, no comércio e nos serviços do País não tem tantos benefícios como têm os bancos hoje explorando a compra de títulos do Governo Federal e um crédito de cheque especial extorsivo, abusivo, dentro de uma estrutura iníqua em que vivemos, negativa, na inadimplência, mais o custo do **floating**, da captação, mais a elevação das taxas de juros. Então, nós temos que sair dessa armadilha. Isso vai sair com a Responsabilidade Fiscal, com a responsabilidade bancária. Então, são essas as colocações que eu quero fazer nesta oportunidade, com a presença do Dr. José Roberto Mendonça de Barros na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. Obrigado.

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS - Eu queria agradecer as palavras do Deputado e dizer que concordamos integralmente com relação à importância, à relevância e aos resultados aí colocados e repetir, mais uma vez, que o programa de ajuste de todos os tipos de bancos — federais, estaduais e os bancos privados — mais toda a renegociação da dívida dos Estados é elemento essencial para entender — o sucesso não é suficiente, mas é elemento fundamental — o sucesso da estabilização. Basta olhar para a comparação: na nossa vizinha Argentina, a situação difícil das províncias que não conseguiram, dez anos depois de um programa de estabilização, minimamente encaminhar as suas questões fiscais que aqui — acredito eu —, no geral, foi bem atendido. Queria, portanto, agradecer as palavras do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Com a palavra o Deputado Nelson Proença.



O SR. DEPUTADO NELSON PROENÇA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Dr. José Roberto Mendonça de Barros, nosso convidado na sessão de hoje, eu infelizmente cheguei atrasado, Dr. José Roberto. Nas quartas-feiras — como o senhor já sabe — é normal que haja um acúmulo de sessões, de reuniões e audiências públicas. E, normalmente, para conseguir acompanhar minimamente todas aquelas das quais fazemos parte, precisamos fazer um esforço quase de desdobramento da matéria. De maneira que eu lhe peço desculpas por ter chegado atrasado. Não pude assistir a toda a sua apresentação. Eu queria fazer um breve comentário e duas perguntas ao senhor. O breve comentário é o seguinte: eu tenho impressão que o PROER, do nosso ponto de vista, do ponto de vista do objetivo desta Comissão, e o PROER, do ponto de vista do interesse nacional, precisa ser abordado de duas formas diferentes. Uma é a questão que o senhor colocou. Eu tenho um pouco de dúvida a respeito. Não tenho a mesma convicção que o senhor tem, mas tendo até a aceitar a sua afirmação de que havia certo caráter de “inevitabilidade” no PROER para que nós evitássemos aquilo que os economistas oficiais chamam de crise sistêmica e colocássemos em risco nosso sistema financeiro e, por fim, colocássemos em risco o programa de estabilização da moeda. Eu não tenho o convencimento que o senhor tem. Não tenho a certeza que o senhor tem, mas tenho — digamos — certa simpatia pela tese de que havia na época, de fato, ameaças graves de uma crise que pudesse afetar gravemente o Brasil, e por isso havia um certo caráter inevitável na execução do PROER. E faço a primeira pergunta sobre esse ponto de vista para o senhor: outros países fizeram programas de estabilização parecidos com o Brasil. Nós sabemos que eles também tiveram crises no seu sistema financeiro. Eu gostaria de pedir ao senhor que, por favor, dissertasse da forma que puder, sobre as soluções que esses outros países encontraram para amparar o seu Sistema Financeiro. Sei que não foram só países que fizeram programa de estabilização, mas sei que inclusive, por exemplo, o Japão também fez um programa oficial de socorro aos seus bancos, aos bancos privados — e é isso que eu gostaria de pedir ao senhor que comentasse. Então, esse é o primeiro aspecto, quer dizer, do ponto de vista da necessidade, da quase inevitabilidade. O segundo ponto de vista é o da execução do PROER. E eu acho que é esse o objeto desta CPI. O objeto da CPI é a execução, a forma como foi feito.



Eu acho que a Direita e a Esquerda, nós podemos aí encontrar opiniões diferentes sobre o grau de inevitabilidade do PROER. Mas, no fundo, afastados os refletores, considerando o interesse nacional, a Esquerda e a Direita, há quase um consenso sobre, de novo, a inevitabilidade de termos um programa como esse. O que preocupa a todos – a Esquerda, a Direita, a todas as posições – é saber se houve correção na aplicação desses recursos; saber se não houve falcatrua, para usar uma expressão de claro entendimento por todos; saber se não houve ilegalidades; saber se não lesou o interesse público. Esse é o objeto principal dessa CPI. E eu gostaria de pedir ao senhor que, por favor, também desse a sua opinião a respeito da visão, do entendimento que o senhor tem sobre o grau de lisura da aplicação dos recursos do PROER; a forma como ele foi feito; a forma como foram feitas essas aplicações. E a terceira pergunta que faço ao senhor, Dr. José Roberto, é sobre um problema que tem — parece um problema menor, mas não é um problema menor porque é um problema humano, é um problema pessoal — recorridamente vindo à tona, nesta Comissão, que é a questão dos acionistas minoritários dos bancos, especialmente os acionistas minoritários do BAMERINDUS, lá do Paraná, Estado do nosso Presidente, do Deputado Gustavo Fruet. Nós sabemos que existem mais de cinquenta mil acionistas minoritários do BAMERINDUS — se não me engano o número é esse — e que têm uma posição aí rigorosamente fragilizada, não sabem o que vai acontecer e não têm a menor idéia de como recuperar as posições que têm. Eles foram grandemente afetados e são, na sua maior parte, na sua esmagadora maioria, pessoas de poucas posses, aposentados, pessoas que dependiam dessas ações para formar o seu minguado patrimônio, para garantir a sobrevivência, com alguma dignidade, das suas aposentadorias. De maneira que gostaria de também, como terceira questão, ouvir do senhor um comentário sobre essa aflitiva situação dos acionistas minoritários, principalmente do BAMERINDUS.

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Eu queria agradecer ao senhor, Deputado Nelson Proença, os seus comentários. Então, em primeiro lugar, a questão da inevitabilidade. Eu só queria adicionar a seguinte observação: como a inflação brasileira foi muito alta, quer dizer, a escada é maior, maior é o tombo. Então, o que a gente podia imaginar como inevitável, embora não sabia **a priori** da onde que começaria, é exatamente como a inflação foi espantosamente



alta e o nosso sistema bancário já era, no início dos anos 90, o mais informatizado do mundo, porque compensava ele ser absolutamente **on-line**. Ainda hoje, se fizer um depósito na Flórida, ele não compensa automaticamente contra Nova Iorque. Nós temos, há muitos anos, que qualquer depósito, se for da mesma conta, do mesmo cidadão, você pode compensar imediatamente São Paulo com Fortaleza. Por que isso? Porque a inflação era tão alta, o prêmio de captura do imposto inflacionário era tão alto que compensava fazer, desenvolver esse investimento. Por isso que, quando em termos de tecnologia de informação, o que nós temos de melhor, há muito tempo, é a tecnologia de informação bancária, que virou, está virando para comercial. Só para ter uma idéia, o Deputado Hauly, quando mencionou o tamanho do chamado **float** inflacionário, quer dizer, em 90, 91, que já não era o auge da inflação, 4% do PIB era o **float** inflacionário estimado. Quatro por cento do PIB é um bocado de dinheiro! E aí vem a história: quanto mais alto é isso, maior é a estrutura de custo, maior é a probabilidade de aparecer essa coisa. Da mesma forma, como muitos negócios desapareceram quando a inflação caiu: negócios de compra e venda de telefone, intermediação de boi. Tem uma série de negócios da economia que vivia basicamente dessa correria inflacionária, daí a probabilidade. Acho que o indicativo disso vai além do PROER. Todos os bancos — sejam os públicos federais, sejam os bancos estaduais, sejam os bancos privados — tiveram, por razões diferentes, suas necessidades ou de um aporte de capital — como foi o caso do Banco do Brasil, já em 95 — ou um programa desse tipo. Por isso minha convicção disso. E eu darei uma última indicação que o COMIF, que olhava os bancos federais, públicos federais, foi instituído em 94, exatamente em antecipação à necessidade, aos esqueletos, àquela coisa toda. Noutros países, acho uma excelente..., uma questão fundamental. No caso de problemas com o Sistema Financeiro, a única diferença, uma rota alternativa que eu conheço ao que foi feito aqui é fazer a mesma estrutura, a mesma operação com relação aos bancos — banco bom, banco ruim, esse tipo de coisa — só que ao invés de ser dentro do Banco Central, você monta uma empresa ou uma outra organização, que é quem faz essa operação. Exemplos: os japoneses fizeram isso. O senhor mencionou corretamente a coisa do Japão. Em fins..., em meados dos anos 90, eles montaram uma sociedade de propósitos específicos, no Caribe, que absorveu um pedaço, uma



primeira leva dos créditos ruins dos bancos japoneses e, portanto, tirou do balanço dos bancos. Mas aquilo tinha garantia, em parte, das próprias autoridades japonesas, mas tirou lá de dentro para tentar fazer execução. O México, o nome é um nome enorme, eu não..., eu só sei a sigla, não sei dizer...

O SR. DEPUTADO NELSON PROENÇA – O senhor tem idéia do custo do programa japonês?

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Não, não tenho. Não tenho idéia. No México, o que foi feito foi a mesma estrutura: o FEBRAPOA. Eu não sei dizer exatamente o que..., mas é isso mesmo. É uma instituição que tirou do sistema bancário — isso logo depois da crise de 95 — os créditos ruins e essa instituição é quem vai fazer a cobrança. Mas a estrutura de banco bom, banco ruim, e a estrutura de garantias é conceitualmente a mesma coisa. Os Estados Unidos fizeram isso, nos anos 80, quando houve um problema enorme nas cadernetas de poupanças, nas **savings and loans**, mas foi a mesma história; tirou. Então, a única coisa, do que eu me lembro, do que eu conheço, de literatura, o que eu lembro é essa: você podia ter uma rota que fosse fazer basicamente o mesmo programa, só que a administração de parte desse programa seria feito fora do Banco Central mas com estrutura exatamente parecida. Essa tecnologia de separar parte, uma parte aproveitável e aí passar para terceiros, sem detrimento das responsabilidades de acionistas e administradores e, de alguma, forma tentar recolocar esse tipo de coisa, receber o que é possível disso, isso é mais ou menos geral. O que eu tenho aqui nos trabalhos que nós fizemos naquela ocasião foi uma estimativa não do custo, mas dos valores liberados financeiramente em programas dessa natureza aqui e em vários lugares do mundo. Então, Argentina, em 82, foi 13% do PIB.

O SR. DEPUTADO NELSON PROENÇA – Treze?

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Treze. Chile, em 85, 19,6% do PIB; a Colômbia foi 6%; Venezuela, 13%; Finlândia..., isso em 91, 93 — foi a mesma época do ataque da libra inglesa — foi 8,2; Noruega, na mesma época, foi 4,5; a Suécia, que sofreu um ataque clássico e chegou a botar o **overnight** a 500%, que obviamente era uma coisa espantosa para um país com a estabilidade e a tradição da Suécia, 4,5%; nos Estados Unidos, na época da **savings and loans**, chegou a ser 5%. Tinha um PIB enorme, muito maior que o nosso e tudo o mais. E a



estimativa que nós tínhamos, em fim de 97, de liberação, incluindo Banco do Brasil e o PROER, dava 3,8% de liberações de créditos. Tinha 8 bilhões do Banco do Brasil e, naquela ocasião, 20,8 bilhões de liberações do PROER. Uma boa parte disso já retornou. No caso do Banco do Brasil é capitalização, não é..., foi por um outro instrumento que não empréstimo. Foi capitalização por parte do Tesouro, mas cuja origem foi mais ou menos a mesma. As proporções aqui são muito menores. Em termos de comparação, tenho a impressão, ousaria dizer, de que a taxa de recuperação é muito maior, basicamente pela natureza das garantias — essencialmente risco do Tesouro Nacional mesmo, por esse lado. E quero lembrar, porque... Os papéis do Tesouro Nacional, que se chamam de moedas podres... Mas do ponto de vista do risco do Tesouro não tem nada de podre, porque ele resgata 100%. O Tesouro honra aquilo lá. Só no valor do mercado secundário, lá na frente, você pode usar essa expressão, mas que até deprecia a natureza da garantia. Mas risco do Tesouro é risco do Tesouro, são todos iguais. O LTN ou um papel securitizado, ou uma dívida não securitizada, desde que seja correta e reconhecida, ela chega no seu vencimento. Então, eu acho que é isso. Eu acho que a estrutura é mais ou menos a mesma com essa única variação, nos outros países, mas que envolveria, no caso aí, uma construção institucional, e a emergência da época se julgou não só por causa disso, mas também porque seria mais razoável manter tudo dentro do Banco Central. Mas do ponto de vista estrutural do sistema e eventualmente de custos e de liberações, acaba sendo mais ou menos... Só a estratégia de recuperação que diverge um pouco. Então, ou seja, o nosso programa não é diferente do que se fez em outros lugares. Bom, nas questões mais micro, eu realmente me... Eu tenho muito pouca coisa a dizer porque eu nunca... O senhor talvez saiba, eu estava no Ministério da Fazenda, então eu não participava de nenhuma... da operação, propriamente dita, nem de... desde as montagens, desde a avaliação. E aí meu conhecimento é zero, praticamente. A única coisa que eu posso dizer é que eu não tenho nenhuma dúvida da lisura da equipe, dos diretores do Banco Central, das pessoas com as quais a gente lidava, da equipe como um todo, do seu desejo de fazer a estabilização. Mais do que isso seria impossível dizer, o que inclui a questão dos acionistas minoritários. Eu não conheço, especialmente do BAMERINDUS, eu não conheço especificamente exatamente o que é que



aconteceu ao longo desse processo como um todo, de modo que eu pediria escusas e a sua compreensão para me cingir apenas à parte mais macro. Mas eu queria, de qualquer forma, agradecer muito as suas observações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Com a palavra o Deputado Milton Temer.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Dr. José Roberto, inclusive há uma certa leviandade. Não ouvi a sua intervenção, embora acompanhe seu trabalho à distância, e, do meu ponto de vista, eu acho que o Nelson Proença colocou de maneira muito concreta o que esta CPI... Existem dois enfoques e um deles é a questão do caráter do PROER e outro é a forma como ele se aplica. Eu acho que ele encaminhou muito bem. Mas o que V.Sa. levantou agora tem alguns dados que são gerais para o nosso debate. Eu não quero aprofundar e isso não tem o caráter de CPI. Para mim tem muito mais o caráter de uma audiência pública, uma troca de idéias opinativas. O senhor não participou das decisões. O senhor deu uma opinião sobre um projeto, sobre um programa. Agora, quais são as preocupações que eu tenho e que eu queria que o senhor seriamente colocasse para nós? Primeiro, quando você levanta, Nelson, o programa de aplicação do PROER. Parece que o programa de aplicação do PROER no Brasil, na Argentina, no Chile, no Japão, em relação às cadernetas de poupança americanas é o mesmo modelo de operação em que só se discute o que foi liberado de recursos em cada uma, quando não é essa a questão. Se liberar 5% do PIB sem voltar 3% é uma tragédia em relação a liberar 50% e voltar 60. O modelo do Japão não tem nada a ver com a realidade brasileira. O modelo do Japão foi: “pega banco podre, arruma e bota no leilão para vender.” Qual desses... E aí a pergunta que faço ao senhor... É uma pergunta, a segunda eu vou fazer da minha assessoria técnica, que eu acho interessante, que é sobre internacionalização do sistema financeiro, que eu acho que é onde tem alguma coisa crítica sua em relação ao que o Banco Central fazia na época. Mas, eu perguntaria ao senhor: qual dos outros modelos de aplicação do PROER. Não vamos falar em PROER. Quais as outras aplicações, entrada do Governo no sistema financeiro? Até porque não era por questão inflacionária, não era porque o lucro fosse alto e tivesse deixado de ser alto, como o Haully, com sua simplificação costumeira costuma fazer... Porque num outro dia nós tivemos aqui que todos, todos os bancos tiveram



lucro em 94, 95... Nenhum teve... Ao contrário, prejuízo lá era só do Banco do Brasil. Todo. Está ali. Tudo com lucro. Então, o sistema... O que houve não foi crise sistêmica, foi uma crise para alguns bancos específicos, num caso, na minha opinião, e escolha de alguns outros para internacionalização por caminhos transversos, no caso. Por exemplo: qual desses outros houve discussão sobre beneficiamento específico, com dinheiro público, de certos grupos privados especificamente? E eu lhe digo como. Privilégios que foram dados ao UNIBANCO, na questão da operação da FCVS e no caso do Nacional; operação própria do BAMERINDUS e que até hoje não está muito claro como é que se dá uma... Por um acaso sentou-se numa CPI aqui, um dia... Não sei se o Relator estava também. Sentou-se na CPI alguém que tem experiência de CPI, embora não soubesse nada de sistema financeiro. Mas ouvindo o ex-Senador Andrade Vieira falar, ele começou a se preocupar no fim e começou a falar como delegado de polícia. Foi o Deputado Moroni Torgan. Ele começou a fazer uma inquirição com o Senador Andrade Vieira da operação entre o começo... O que é o começo? O momento em que o BAMERINDUS não estava em crise. O BAMERINDUS tinha problemas, como todo o sistema financeiro tinha, mas estava querendo comprar o Econômico, em que a situação era muito melhor que a do Real, que foi vendido por 2 bilhões e meio para o ABN, e na hora em que... De repente, o Moroni Torgan tira uma declaração que, objetivamente... Porque até hoje ninguém se convenceu daquele argumento de Gustavo Franco que o HSBC aportou realmente 1 bilhão de dólares para o BAMERINDUS. Até hoje, esse dinheiro, ninguém sabe onde está. E, objetivamente, eu pergunto aos senhores o seguinte: onde houve, desses outros processos de intervenção, a discussão séria não sobre o aporte, não sobre a liberação, não sobre o..., mas da metodologia em que alguns bancos privados se beneficiaram da operação pública? Porque em todos eles, a não ser... Não sei o do México; do México pode ter acontecido isso, (*ininteligível*), mas tenho certeza de que o processo japonês não tem nada a ver com isso. O processo japonês até eu acho que tem um pouco a ver com a questão do BANESPA, não digo detalhes, mas é uma coisa que o banco entra, federaliza, passa a ser algo do bem público que vai a leilão. E foi vendido para o Santander. Agora, o senhor tem informações sobre isso, especificamente, nos outros processos?



O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Nos outros processos... Primeiro, não tenho muita, não. Não sou exatamente um especialista nessa área, mas eu sei... No México, o FEBRAPOA chegou até a carregar um total de ativos com problemas de 80 bilhões de dólares e até hoje praticamente estão todos lá. Eles não estão no banco central, mas estão todos lá; portanto são..., afeta o endividamento público. Do que eu conheço, no caso do Japão, realmente os caminhos são diferentes, até porque um veio pela deflação e outro veio pela inflação, pela desvalorização de ativos e em cima de muitos empréstimos. Mas existe uma forte participação pública, até onde eu sei. Tanto é que a dívida pública japonesa, ao longo dos anos 90, é uma dívida pública enorme. Ela está muito acima de 100% do PIB e o Japão tem hoje um déficit, em termos reais, de 11% do PIB ao ano. É o tesouro dos países desenvolvidos mais fragilizado que existe e um belo pedaço disso, até onde eu sei, tem a ver com a coisa do sistema financeiro. A estrutura lá acabou sendo também uma estrutura de consolidação, de um absorve o outro, esse tipo de coisa, mas sempre com uma forte participação e assunção de parte do passivo, até onde eu sei, da questão do Estado. Nos Estados Unidos, essa discussão foi muito intensa – das cadernetas de poupança –, foi uma discussão também muito forte, como é que..., a forma de como fazer, se teriam formas alternativas, se deviam ter deixado a mercado e tudo o mais. De modo que eu acho que é recorrente essa questão. De fato, são dois problemas: tem o problema macro e tem o problema de... Agora, o que eu tenho a impressão — que é um ponto importantíssimo que o senhor colocou — que no programa brasileiro, a taxa de recuperação de crédito é muito maior do que nos outros programas, pela natureza das garantias, que são garantias..., era um tipo de garantias certas. As garantias não são créditos contra terceiros, que eventualmente não se materializam, mas sempre foram garantias contra o Tesouro, que vai ser pago. Era 120% dos empréstimos, o que equivale a um deságio de apenas 17% em cima disso e essa valorização das garantias, que em parte é só para passar do tempo. No valor de mercado, se sobe o dólar, aquilo que é externo também acaba subindo. Basicamente, os juros são reais. Por esse lado, a realização é 100%. Eu acho que vamos ter de ter um pouco mais de tempo, porque as garantias são longas. Todos esses programas levam muito tempo para se materializar, porque é da natureza deles esticar para poder viabilizar



a recuperação. Eu acho, suspeito que o PROER vai ser um dos programas com maior taxa de recuperação pela natureza como ele foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Concedo a palavra ao Relator, Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Dr. José Roberto, depois desses dois meses, quase três meses que nós estamos aqui ouvindo vários depoimentos, claro, cada um de nós vai formando as suas opiniões, formando suas idéias. Todos nós, ao começarmos esse trabalho, tínhamos também opiniões, idéias. Aqui nós somos seres políticos. Todos nós aqui somos agentes políticos. Se não tivéssemos idéia sobre tudo isso, certamente não estaríamos aqui. Em alguns casos — pelo menos para mim — era uma coisa muito nebulosa, bastante nebulosa o que era exatamente esse programa. Infelizmente, a gente lê jornal, isso atrapalha um pouco. Nesse período, a gente lê jornal, ouve. Isso atrapalha bastante, porque as informações que a gente tem via mídia são informações que o público todo tem e acaba não se apercebendo exatamente dos pontos centrais das questões, as questões mais importantes. Na medida em que o tempo foi indo, a gente vai formando essa opinião. Uma das questões que ainda para mim restam e em várias questões eu já tenho, em algumas pelo menos, algumas convicções formadas em alguns pontos — ainda falta organizar um pouco mentalmente tudo isso, é evidente, falta dar um começo, meio e fim a essa coisa toda —, a convicção de que houve um certo momento da decisão de fazer o PROER em cima de uma série de fatos, em cima das conseqüências objetivas da estabilidade, em cima das informações do que já estava se passando nos bancos, no sistema bancário. Em alguns deles, no caso específico, naquele momento já estava sob intervenção o Econômico e aí se aplicou RAET no Nacional, ao mesmo tempo em que se fez o PROER. Quer dizer, o PROER foi feito naquele momento. As informações, certamente, dos patrimônios negativos que já existiam nessas duas instituições já foram... era visível o grau de gravidade disso. Nós temos aqui os elementos daqueles dias que antecederam no Nacional ao PROER. São alguns dados que nós tivemos ontem aqui — lemos isso ontem —, o Banco do Brasil estava aportando um volume de 3 bilhões e 600 milhões do Interbancário, só o Nacional, só o Banco do Brasil. São volumes muito expressivos, muito elevados. Quando a gente mexe com 3 bilhões e 600 milhões,



sempre a gente compara com os números que a gente tem na cabeça, com o que a gente mexe aqui no dia-a-dia. O que é isso? O número é tão grande. Não é uma coisa da nossa vida corriqueira. Não se compara com as coisas que a gente gasta no final do mês. Nós temos que comparar com alguma outra coisa. Então, muitos anos convivendo com o Orçamento, 3 bilhões e 600 milhões, digamos, aquilo que, em alguns anos, pouco menos do que o Governo faz de investimentos do item chamado GND-4, investimentos em todo o País, investimentos da União em todo o País, em todas as áreas formadas — um pouco mais do que isso. Então, são números muito expressivos. Imagino que, naquele momento e naqueles momentos que antecederam, ficou muito claro para o Governo, para as áreas do Governo que aquilo era um processo que não podia continuar daquele jeito. Um sistema que chegava àquele ponto, naquela forma, as informações certamente vindas já do Banco Central mostravam a existência inclusive de uma fraude. E nós constatamos, no caso do Banco Nacional, fraude de quase dez anos antes, que vinha se dando no final da década de 80. Então, aquele momento, momento de uma decisão... Antes daquele momento, no final de 94, houve uma decisão em relação ao BANESPA, houve um momento da intervenção do BANESPA. No BANESPA foi uma intervenção, não houve... pelo menos não houve nenhum tipo de aporte. Provavelmente, o BANESPA estava com uma reserva bancária negativa. Não sei o número exatamente, mas deve ter sido muito grande para aquela decisão no dia 30 de dezembro de 94, dois dias antes da posse do novo Governo, tanto federal quanto os Governo Estaduais. Deve ter tido um valor muito negativo. Aí houve a intervenção. Se sabia que o grande problema do BANESPA era o crédito que tinha junto ao Governo do Estado. Com o tempo se decidiu o plano de reestruturação das dívidas dos Governos Estaduais e aí a questão do BANESPA foi resolvida dessa forma. E aí o BANESPA foi colocado em leilão, foi privatizado. Foi colocado em leilão, houve uma disputa, uma disputa num leilão com um ágio bastante expressivo, adquirido pelo Santander. Isso se deu antes ainda do PROER. O PROER veio depois. Eu queria tentar fazer um pouco a comparação dessas duas ações no sentido de imaginar o seguinte. No caso do BANESPA, apesar de ser um banco estadual, é um banco, é uma sociedade anônima. Portanto, em relação ao Banco Central era a mesma coisa que qualquer banco privado. Exatamente, do mesmo



jeito que qualquer banco privado. No caso do BANESPA se federalizou e um certo tempo depois se consegue a venda do banco com um ágio fantástico, com um ágio fantástico. O banco passou a ser um banco federal. Eu me pergunto: será, já que o próprio PROER foram de fato recursos que vieram do Banco Central — o Banco Central que aportou os recursos lá —, uma solução aproximada do tipo BANESPA não teria sido uma melhor alternativa? Seria a alternativa de se receber o banco, fazer com o Banco Nacional e o Banco Econômico aquilo que foi feito com o BANESPA. Eu não sei se o BANESPA tinha o mesmo nível de fraudes que se tinha nos outros bancos. Nos outros bancos, os créditos na realidade eram podres mesmo. Do Banco Nacional e Banco Econômico não existia crédito, existia fraude. O BANESPA não era uma fraude. O BANESPA era basicamente... Eu diria que a diferença caso do BANESPA foi uma intervenção por falta de liquidez. No caso do Nacional e do Econômico, foi uma intervenção por patrimônio negativo, que é mais ou menos o que para mim está ficando claro. Mas não haveria uma solução mais próxima daquela do BANESPA? Talvez com isso um resultado melhor? Claro que é uma ponderação feita **a posteriori**. Estou fazendo isso seis anos depois. Talvez, se tivesse sido daquela forma teria sido melhor. Todo governante tem seus momentos de decisão. Todo governante tem seus momentos de decisão. Tem que tomar decisões e nem sempre as decisões são as melhores, vistas anos depois. Então, gostaria de ouvir uma opinião sobre isso.

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS - Obrigado pela colocação. Eu queria começar pela sua última observação, que é exatamente a avaliação de uma medida, um conjunto de medidas, de uma política **a posteriori** tem o benefício do tempo, que ajuda a entender mais essa questão, mas por outro lado apaga um pouco a questão da urgência que o Executivo necessariamente tem que ter quando tem que tomar uma decisão e às vezes num tempo de horas. É uma conjectura que estou fazendo. O senhor mesmo colocou um pouco da diferença básica dos dois casos. No caso do banco estadual, como de resto de vários outros bancos estaduais, a questão de liquidez tinha muito mais ligado à dívida do Estado. E, portanto, a solução estava muito mais ligada à solução do reescalonamento, da federalização, em parte, da dívida do Estado, ou seja, a natureza do problema era diferente, em termos de liquidez, e o devedor era outro. O devedor era um ente



público, era o emissor básico desse tipo de... Por isso que acabou se verificando como necessário, ao longo do tempo, que, no caso dos bancos estaduais, eles foram meio simultâneos. O programa de recuperação dos bancos estaduais e o programa de reestruturação das dívidas estaduais. Eles foram quase que siameses, não eram exatamente um colado em cima do outro, mas como a origem era a mesma e todas as atividades estaduais de alguma forma passavam pelo banco do Estado, isso que eu acho que faz diferença. Por isso, sua sugestão me parece razoável, enquanto que nos outros casos os ativos eram ativos muito mais problemáticos, muitas vezes inexistentes. Em alguns casos inexistentes, o que torna mais difícil tratar dessa forma. Talvez essas tenham sido a razão. A natureza do ativo e pelo fato de ele ser também um banco público e dependendo do endividamento público naquele momento, que era como se carregava a dívida pública estadual. A dívida pública estadual era carregada em geral nos bancos ou nas instituições próximas dos bancos. Acho que é isso. Talvez, a estrutura tenha sido diferente. Por isso também que eu chamei a atenção, que eu acho importante, embora eu saiba que aqui o objetivo da Comissão especificamente é o PROER, é que a reorganização do sistema financeiro envolveu pelo menos quatro diferentes linhas de ação, com o reforço nos bancos federais, que continuam federais. E aí, naturalmente, o reforço era a capitalização, que não foi só a capitalização. A securitização das dívidas agrícolas obviamente libera o próprio Banco do Brasil de uma parte do risco. O que significa a securitização das dívidas agrícolas? É a assunção de riscos finalmente pelo Tesouro, que é o que aconteceu recentemente. Então, essa foi uma primeira linha de ação, que já aconteceu com o Banco do Brasil em 95 e este ano completou-se com a Caixa e mais outros bancos. Esse é o primeiro bloco. Tem um segundo bloco, que é o dos bancos privados que se utilizaram da estrutura do PROER. Tem o terceiro bloco dos ajustes dos sistemas privados que não se utilizaram da estrutura do PROER, que é um número até razoável. Não são os maiores, mas é um número razoável, em termos de instituições, e um volume razoável. E um quarto bloco, que foi um programa enorme, que é o PROES, o programa dos bancos estaduais. É a combinação dos quatro que eu acho que é uma outra forma da gente olhar por que provavelmente o programa era quase que inevitável, porque de algum jeito todos os tipos de instituições



estavam de certa forma com caminhos diferentes e com causas diferentes, sendo afetadas por isso.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Eu perguntaria, passado o episódio Nacional e Econômico, um tempo depois veio o episódio BAMERINDUS. São momentos diferentes, situações diferentes. O próprio Banco Nacional aconteceu em função do... já ao mesmo tempo em que o Econômico estava sob intervenção. Agregou o Nacional naquilo e virou evidentemente um quadro de tensão bastante expressivo. Aí vem a história da avaliação do risco sistêmico. Depois, esse momento passou, até porque o PROER foi um programa, esse programa de reestruturação, ninguém mais ficou preocupado. Do jeito que a coisa veio, se houvesse um buraco, o buraco é lá do Banco Central. Depois, posteriormente, apareceu o caso do BAMERINDUS. O BAMERINDUS já não apareceu nesse mesmo momento de crise, já não era um momento aparentemente pelo menos de grande crise. Por que no BAMERINDUS não se pôde pensar talvez numa outra solução também? No BAMERINDUS entrou... Porque nesse mesmo período todo muitas instituições tiveram problemas e muitas delas foram resolvidas sem o PROER. Por que no BAMERINDUS também se usou o PROER? Por que não se usou outra... o mesmo processo que vinha se dando com outros bancos ou novamente a mesma idéia dessa cobertura, de alguma forma essa federalização, de alguma forma tentar fazer com o BAMERINDUS aquilo que se fez com o BANESPA?

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS - Essa é uma pergunta difícil de responder. Não sei se teria resposta, exceto por uma colocação. Nos casos de mesma época em que houve soluções que não envolveram o PROER — como eu mencionei há pouco —, o tamanho das instituições não era tão grande. O número era razoável, mas o tamanho não era tão grande. E instituições menores, tudo mais constante, seriam em princípio mais fáceis de serem resolvidas, até porque está envolvido um volume de recursos menor. Eu não sei exatamente se essa é a resposta. Eu não me lembro sequer se foi exatamente colocada essa alternativa. Não sou capaz. Como disse ao senhor, eu não participava diretamente das operações em si, ou da concepção das operações. A estrutura legal estava montada a essa altura. O PROER já tinha sido utilizado em mais de um caso, mas suspeito, se eu tivesse que levantar alguma hipótese — mas também é uma conjectura —,



talvez da questão do tamanho da instituição e o fato do sistema já estar colocado. Acho que é o que eu posso dizer. Eu nunca tinha pensado nessa questão que o senhor colocou.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Dr. José Roberto, os bancos têm sido instrumento, nesses anos e anos, um instrumento... esse instrumento de intermediação de transformar — eu diria —, de transformar ou de socializar prejuízos ou custos, de transferência de renda. Eu vou dar um exemplo. O SCVS. É o sistema habitacional. Através do sistema habitacional se transferiu renda dos que não tiveram acesso ao crédito imobiliário àqueles que puderam ter acesso ao crédito imobiliário. Alguns poucos milhões, talvez. Poucos milhões tiveram acesso durante toda a história do sistema de crédito imobiliário, através da Caixa Econômica, dos bancos privados, eles tiveram acesso ao crédito imobiliário. No fim isso virou, a dívida desse sistema virou dívida da sociedade no seu conjunto. É o SCVS. Isso é pago, vai ser pago pelo Tesouro. O Tesouro paga esse buraco. No caso das dívidas agrárias, a mesma coisa. Você dá, através dos bancos, o financiamento. Depois vêm as famosas... E aqui no Congresso, a cada seis meses nós temos uma movimentação da bancada ruralista para fazer uma nova renegociação das dívidas. Isso é recorrente. Eu estou aqui há muitos anos e vejo isso recorrentemente. Se não é a cada seis meses, é a cada ano, certamente. Recorrentemente se vê isso, que também é transferência do prejuízo pelo menos — entre aspas — “de alguns milhões” — não é pouca gente —, mas para o conjunto dos 160 milhões da sociedade. Os bancos são sempre instrumento que se usa para isso, apesar de serem bancos privados, ou atuarem como bancos privados — o Banco do Brasil e Caixa Econômica são instituições que atuam no sistema; são até instituições estatais, mas atuam juridicamente como instituições privadas —, mas são sempre eles que são a intermediação. O instrumento para você socializar o prejuízo é este; esse é o instrumento. Não daria para se pensar... Uma das formas... A gente não vai conseguir evitar aqui a pressão dos ruralistas, isso vai ser permanente. Nós não vamos conseguir evitar a pressão, como tivemos naquela época — que eu me lembro da pressão —, daqueles que não podiam pagar as prestações da sua casa própria e, aí, passaram a ser assumidas através do Fundo de Compensação, que não tinha dinheiro para tal e que agora, então, vem com recursos do Tesouro. Nós



teríamos que ter uma forma de fazer um bloqueio nisso, de maneira que não tivesse como repassar essa coisa. O que é dívida de uma parcela é dívida daquela parcela, você não pode passar para aquele que não assumiu essa dívida e que muito menos condições tem, mas que não sabe o que está pagando. A diferença entre o devedor do crédito imobiliário e o devedor da dívida agrária, que não vai pagar ou que vai pagar em longo prazo e que tem esse subsídio, tudo isso, e aquele outro do outro lado da mesa, que é quem vai pagar, que é a sociedade toda — é o sujeito comum: esse não está sabendo o que está pagando. Eu sempre digo: tem uma diferença. Aquele que deve e que deveria pagar, que você o beneficia em determinado momento, esse daqui tem nome, endereço, RG, fotografia, tem tudo. Esse deixou de pagar, teve uma vantagem. Aquele ao qual você jogou o pagamento, ele não sabe que passou a ter essa dívida, ele não sabe que está pagando. E ele, também, você não sabe quem é exatamente, porque ele não tem nome, não tem RG, não tem endereço, não tem nada. É o famoso interesse difuso.

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Exatamente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – É o difuso. Um bloqueio dessa institucional, desse tubo que se forma de socialização dos prejuízos de alguns para outros, não haveria alguma forma de se fazer isso?

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Eu acho que essa é uma questão estrutural fundamental. Eu teria três observações para fazer para o senhor disso daí. A primeira: por que é que acaba ficando tão importante a posição dos bancos nessa questão? Isto é um vício de origem no mercado de títulos públicos que vai lá atrás nos anos 60, que é o chamado fenômeno do carregamento. No Brasil, nunca se conseguiu ter o chamado tomador final da dívida pública. Na verdade, todo mundo aplica em **overnight**, e isso aí é carregado, é lastreado, se quiser, no papel que o banco tem; volume de papéis esse que é o múltiplo do seu patrimônio. Sempre é isso: o múltiplo do patrimônio. O que quer dizer que, quando tem qualquer tipo de problema, a pressão em cima do carregamento de títulos públicos fica muito forte e a política monetária fica mais deficiente. Nos países onde nunca houve correção monetária, onde o mercado é um pouco mais normal, o Tesouro emite dívida pública e as empresas e pessoas — os bancos também, eventualmente — compram o final. O que quer dizer o quê? Que se a taxa de juros



sobe e o valor do papel cai o prejuízo é distribuído por todo mundo, não fica localizado. Nunca conseguimos transformar o mercado de títulos públicos em mercado de tomadores finais. Isso torna muito mais instável a questão. Então eu acho que esse é o primeiro desafio estrutural que a gente está longe de resolver. Segundo: é uma lição que a correção monetária deixou. E o primeiro exemplo que ela deu é exatamente a casa própria, que é o seguinte: quando se fez a reforma financeira, lá atrás, e se criou a correção monetária, o que se pensou, ingenuamente, na ocasião, foi assim: se eu capto no banco, na caderneta de poupança, empréstimo para a casa e correção monetária, um mata o outro e... Só que não é verdade, porque a correção monetária do assalariado é o seu reajuste salarial. A correção monetária oficial é a média do Índice Geral de Preços ou algo equivalente. Em época de recessão, por definição, uma não bate com a outra, que é o que aconteceu em 80, 81. Aí dá um descasamento e as pessoas não conseguem pagar. Quando se tem este problema, só tem uma de duas soluções — e acho que a gente teria que avançar um pouco nas duas: nos prazos mais curtos... isso não vale para uma casa própria, que tem que ser necessariamente um prazo muito longo, mas, nos prazos mais curtos, a estabilização é fundamental para esticar um pouco o prazo dos papéis que lastreiam, digamos assim, os recursos, porque aí fica taxa fixa com taxa fixa e não tem problema. Que é o que acontece nos créditos dos automóveis. Por que é que dá certo crédito de automóvel? Porque a pessoa, quando compra um automóvel, ela sabe quanto vai pagar até o fim, até o resgate do automóvel. Ela pode até ainda ter problema de... Claro: perdeu o emprego, não paga. Mas ela sabe quando paga. Agora, se comprar uma casa hoje, como é que eu sei que daqui a doze anos eu estarei em condições de pagar o que aquilo corrigido vai dar, frente ao valor da casa? Nesses casos, ou se tem que esticar os prazos dos papéis ou, o que é o mais apropriado para coisas como o setor rural e os créditos habitacionais, não tem jeito: tem que ter seguro especializado. Não tem outra solução senão a solução do seguro. Porque, aí sim, a solução do seguro permite, de um lado, que as taxas sejam mais baixas — seguro inclusive com esquema de resseguro atrás... que as taxas sejam mais baixas e que, na eventualidade de um sinistro, digamos assim, não tenha necessariamente essa posição. No caso do seguro agrícola, a experiência do mundo é mais ou menos a seguinte: você faz o



seguro e o Estado, para certos tipos de empréstimos, entra só quando ocorre um fenômeno absolutamente generalizado, porque isso nenhuma seguradora pode fazer, o que acontece uma vez a cada dez anos. Essa é a média, mais ou menos, de ter uma região grande onde se tenha problema climático tal que ninguém colhe, inunda tudo e tudo o mais. E o resto faz seguro privado. Nós estamos aquém nos três casos: nós não temos tomador final dos papéis ainda, como em 1970, 1975; nós temos prazos curtos, então, gera esse descasamento; e não temos seguro onde você possa cobrir parte disso. E isso, acho, nós estamos bem atrasados. Nos três casos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Nesse caso da casa própria, depois se tentou — agora, de uns anos para cá — resolver o problema da capacidade das pessoas de comprar. Então as pessoas pagam uma prestação e querem corrigi-la de determinada forma, e o saldo devedor é corrigido por uma outra fórmula. O que existe hoje — e eu conheço centenas de pessoas que estão pagando prestações bastante razoáveis, em geral menos do que um aluguel do seu imóvel, e o saldo devedor é muito maior, já, do que o valor do imóvel... Então tem pessoas que estão dizendo o seguinte: “Eu estou aqui há dez anos, eu tenho mais dez anos para ficar e eu já não vou fazer nada nessa casa”. Não faz reforma, não faz... e a casa começa a despencar. Já conheço vários casos em que a casa começa a despencar, porque ele já viu, no saldo devedor dele, que o saldo devedor dele é bem maior já do que o valor da casa. Então, o que é que ele vai fazer? Ele vai ficar naquela casa — a prestação é barata; é menos do que um aluguel. Ele vai ficar até o final. A casa vai se deteriorar, porque ele não é obrigado a fazer nada nela. Quando chegar aos vinte anos, na hora em que forem cobrar dele o saldo devedor, ele diz: “não posso pagar o saldo devedor, porque ele é muito maior inclusive que o valor venal da casa.” E tomam a casa de volta. Ele sai, como se fosse um aluguel. Vai ficar na mão da Caixa Econômica Federal, por exemplo, uma montanha de imóveis deteriorados, como se fosse um ativo, e um ativo que já foi para o vinagre. Mais uma vez vem o Orçamento, de alguma forma, que vai ter que cobrir, como cobre, no Banco do Brasil, 8 bilhões num dia, não sei quanto outro dia. Na Caixa Econômica, agora, foi feita uma reestruturação da Caixa Econômica Federal, exatamente porque incorporou o BNH e porque ficou também com esses imensos



buracos. Agora é sempre a mesma coisa, o caminho é sempre o mesmo: sempre, o caminho é a socialização dos prejuízos ocasionados por uma parcela que consegue se beneficiar. Não é uma parcela rica. Nem sempre é uma parcela rica. É uma parcela até relativamente pobre, mas, comparado com o nosso mundo miserável, eu diria que é beneficiado.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Relator, permita-me só uma pergunta, eu acho que o senhor levantou um tema importante. Acho que são duas situações diferentes. Eu acho que, na questão do mutuário, o problema é que o mutuário não compra casa achando que vai chegar ao fim do pagamento com saldo devedor maior do que o da própria casa. E, no caso dos grandes ruralistas que a gente anistia, é gente que não paga dívida mesmo. É distinto. O que eu pergunto é o seguinte... Não tem a ver com a CPI, mas o tema é importante, porque é uma questão geral. Eu acho que é muito mais importante discutir que sistema de financiamento habitacional público é esse que permite que as pessoas paguem vinte anos da prestação acordada e terminem os vinte anos devendo mais do que quando chegaram. Não é a mesma coisa dos ruralistas, não é verdade?

O SR. DEPUTADO ROMEL ANIZIO – Sr. Relator, apenas para contraditar. Eu vejo o Deputado Milton Temer, pessoa que admiro e respeito — vejo o Deputado Goldman — que sempre se refere a ruralista de forma pejorativa.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Deputado, pejorativo é o ruralista que não paga dívida. Desse eu falo pejorativamente. Já entra no Banco do Brasil para dar uma ferrada, porque sabe que não vai cobrar. O pequeno se estrepa.

O SR. DEPUTADO ROMEL ANIZIO – Não, não... Na hora em que eu terminar estarei às suas ordens. Mas é dizer... porque fala de forma pejorativa mesmo. O senhor está aqui na CPI. Não é ruralista, não. Aqui foram grandes bancos que deram o calote.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Ah, quero seu voto dizendo isso no dia.

O SR. DEPUTADO ROMEL ANIZIO – São grandes bancos. Então, aqui é um exemplo, apenas um exemplo. Então fala ruralista de forma pejorativa. Eu devo dizer que, depois do segmento de bancos, o segmento que vai melhor no Brasil é o dos produtores rurais. A prova é a balança de pagamentos, que é responsável, esse



segmento produtivo... Agora, que existem maus pagadores, bons pagadores, isso existe em todo segmento produtivo deste País: no comércio, na indústria, na agricultura. Agora, existe sim um estoque de TR, estoque de dívidas. Veja bem, Goldman, nós tínhamos um PROAGRO. O Governo não pagou o PROAGRO até hoje. Tem um estoque de dívidas desse PROAGRO, que me lembro: uma vez, nos reunimos com o Presidente Fernando Henrique e ele falou: “Eu estou cansado de ouvir falar em PROAGRO novo, PROAGRO velho.” Eu falei: “Não, já não existe nenhum dos dois, que ambos caducaram.” O segmento produtivo rural é um segmento complicado. Vejam bem, hoje, as dificuldades. Nós estamos importando leite. Prefeituras importantes deste País estão importando leite em pó, enquanto o produtor rural vende leite, hoje, a 12 centavos, 15 centavos, 22 centavos, e os mais preparados até a 30 centavos o litro de leite. Então, é um segmento complexo — complexo. Afirmou muito bem nosso ilustre convidado, José Roberto Mendonça de Barros, que nós precisamos de um seguro rural. Nós precisamos de um seguro. Veja bem, nós não temos... um segmento como esse, que é responsável pelo PIB brasileiro, pela maior produção de grãos que nós tivemos nos últimos tempos e tudo o mais... A exportação nossa, a nossa balança de pagamentos só se equilibra quando esse segmento vai bem. Ele não tem nenhum seguro rural. Então, é um segmento um tanto complicado, complexo, mas não foge da média da sociedade brasileira, onde existem bons pagadores, maus pagadores. Isso aí é no mundo todo. Realmente é desse jeito. Mas eu não gostaria de encerrar sem antes dizer da alegria de estar aqui recebendo a visita do José Roberto Mendonça de Barros. E falo, sem medo de errar: é uma das figuras mais ilustres que esse Governo Fernando Henrique Cardoso teve, sem dúvida nenhuma, pelo seu conhecimento, pelo seu trato na coisa pública e, acima de tudo, pelo seu respeito à classe política, o que nós estamos vendo muito pouco neste Governo por que eu luto e defendo desde os seus primeiros dias. Nós ficamos extremamente felizes, José Roberto, de ver você aqui conosco, trazendo os seus esclarecimentos, as suas posições sempre lúcidas e conscientes. Nós ficamos extremamente felizes. E peço escusas ao meu querido Relator por ter interrompido a sua fala, até porque sou um dos admiradores do mestre Goldman. Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Obrigado, companheiro. Eu fico muito feliz com as suas palavras. Muito me honra esse crédito dado. Mas quando me referi a... não estou me referindo a bons ou maus pagadores. Na realidade, não acho que seja bem isso. Na maioria dos casos, são situações objetivas que ocorrem. Alguém que levantou um financiamento no campo para fazer sua plantação na grande maioria das vezes ele não é mal pagador. Simplesmente às vezes ocorre um episódio qualquer e ele não consegue... Inclusive a agricultura é muito sujeita a fatores os mais diferentes possível e imagináveis.

O SR. DEPUTADO ROMEL ANIZIO – Interrompendo, apenas, Goldman, depois que mudaram as taxas — que nós temos taxas fixas, hoje —, os produtores produzem sabendo o que vão pagar de juros.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Bem melhor.

O SR. DEPUTADO ROMEL ANIZIO – A inadimplência do Banco do Brasil no Estado do Paraná é 0.5%, meio por cento; a inadimplência do Banco em Minas Gerais é 0.7%. Veja bem que havia um desequilíbrio que precisava de ser corrigido. Felizmente, ele tem sido.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Como a agricultura vai bem, como V.Exa. colocou, os resultados são esses. Se nós tivéssemos um resultado, também no nível de emprego, tão positivo como desejaríamos, provavelmente esse problema habitacional não teríamos nesse mesmo nível. Eu queria fazer também a seguinte questão ao Dr. José Roberto: eu lembro, muitos anos atrás eu era um pequeno empresário. E tinha essas operações... Naquela época, como já passou em várias épocas, as operações externas eram mais baratas. Existia — não sei se existe mais, há muitos anos eu não mexo nisso — a Operação 63. Ainda existe isso?

(Não identificado) – Existe.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – A Operação 63 era muito usada, era uma operação... Eu me lembro desse nome, época do Delfim. A Operação 63 era muito usada. E uma vez fui a um banco, BRADESCO. Eu trabalhava como pequeno empresário e fui pedir um financiamento na Operação 63. Disseram-me: “Pois não, combina com essa, trata”. Veio o contrato. Era um contrato com o Citibank — se não era o Citibank era um **bank** qualquer dos Estados Unidos —, com



interveniência do BRADESCO. Eu assinei. Todo pequeno empresário não discute muito. “É isso, tal, as taxas são essas.” Ele pega aquele papel, assina feliz, porque conseguiu assinar, e vai embora. Depois eu fiquei pensando — em cima daquilo, você fica parando para pensar: “Ora, eu fiz um contrato com o Citibank, que não pode instalar agência aqui no Brasil” — naquela época, não podia instalar agência no Brasil. O dinheiro é do Citibank, mas eu só pude fazer isso com o BRADESCO, porque o BRADESCO era o intermediário. Só o Banco Nacional poderia intermediar. Os bancos nacionais, eles tinham uma reserva de mercado, portanto. Eles iam buscar lá o dinheiro. Buscar não, eles deixavam dinheiro lá, estocado: “Olha, se você quiser, tem o dinheiro lá. Tira o dinheiro do estoque, paga uma taxa para eles, na intermediação, além do juro natural, e você, então, tem um contrato com os bancos estrangeiros.” Essa época foi oitenta e... Não, bem antes. Mas em 85, eu resolvi apresentar um projeto — 85, faz tempo — no qual eu abria, em troca até... fazendo até uma espécie de troca pela dívida, a possibilidade de bancos estrangeiros colocarem agências. E dizia: “O dinheiro que nós devemos para vocês, vocês podem se instalar aqui, abrem com esse capital, aplicam esse dinheiro em crédito imobiliário” — havia alguns itens em que seria possível fazer o... os bancos teriam autorização para fazer aplicações, investimentos e tal, e, com isso, diminuiria a nossa dívida externa. Isso acabou não passando. Eu, na época, fui muito criticado pelos conceitos nacionalistas da época, porque eu estava abrindo o sistema financeiro ao capital estrangeiro. Hoje, o que a gente vê por aqui, com o resultado que nós temos? Acabou a inflação, os bancos estão cobrando taxas, as diversas taxas, continuam fazendo muito pouco empréstimo de fato, trabalham muito com os títulos públicos. Mas o recurso obtido com as taxas tem sido muito elevado. E os balanços dos bancos acabam sendo balanços extremamente positivos. Eu não tenho nada contra balanço de banco, não. Outro dia, vi uma relação dos dez mais lucrativos e o primeiro não era banco, era a Souza Cruz, que vende cigarro — não vejo nada de tão bom para a economia nacional; o segundo era a EMBRAER; o terceiro era o Banco Itaú. Depois tinha o décimo, o décimo segundo, sei lá. O BRADESCO estava lá. Mas eu me pergunto... E existe uma briga toda, toda essa discussão: “Mas os vínculos são muito altos. Os custos, o que eles cobram é muita coisa.” É a questão da... Para mim, só chega, só se resolve esse problema... não é



tabelando. Eu não vou tabelar quanto ele vai cobrar pelo talão de cheques, quanto ele vai cobrar por operação qualquer. O que eu tenho que fazer é competição. Por que é que essa competição nesse setor não se conseguiu fazer até o momento, devidamente? É um setor... Por que é que não se abre isso daqui de uma forma absoluta, capital nacional, capital estrangeiro, pequenos bancos, bancos regionais, bancos locais? Claro, não estou imaginando que com isso o Banco Central vá fiscalizar toda essa pletora. Nem quero isso. É preciso ter um sistema no qual... você não precisa ter a intervenção do Estado, é uma operação privada. É um sujeito lá que tem uma lojinha, na lojinha ele pega, vai buscar dinheiro de alguns e dá dinheiro a outros. E, com isso, quem sabe diminua bastante a... ou, pelo menos, entre no processo de competição com esse sistema bancário que está aí. Por que não se conseguiu, até agora, ampliar o sistema bancário, pelo menos na medida necessária?

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Eu acho que talvez seja menos pelo número de instituições existentes no mercado — que hoje é mais diversificado do que foi no passado, em termos de entrar gente nova —, e mais porque o nosso mercado de crédito ainda é muito, segue sendo muito estreito. E segue sendo muito estreito, acredito eu, por duas razões: a primeira, e a mais importante, é que nós ainda não conseguimos retomar o crescimento sustentado. Crédito, seja o tomador, que vai como empresário ao banco, seja o doador, é essencialmente acreditar no futuro, num horizonte maior. O que faz as pessoas tomarem crédito na empresa é investimento, ampliar, abrir uma outra coisa, aumentar linha, mudar esse tipo de coisa. Acho que uma parte das nossas dificuldades fica um pouco na profecia que se auto-confirma. Na hora em que a gente não consegue engatar um crescimento que seja sustentado, tem muitas subidas e descidas, está acontecendo com freqüência — nesses últimos anos aconteceu mais de uma vez —, que quando começa a largar a base de crédito, vem algum tipo de crise e sobe a taxa de juros, tranca tudo, aumenta a inadimplência e encolhe mais uma vez. Acho que isso, antes de tudo, para mim, talvez seja a causa base. Porque ela também é o fato. Sem o crescimento sustentado, a taxa de juros nunca fica baixa. Com taxa de juros muito alta, os riscos também são muito altos. E a outra coisa, a outra perna que acho que falta nessa coisa mais estrutural é que é



lamentável a gente não ter mercado de capitais mais desenvolvido. Aí sim, essa é a forma de poder depender menos do crédito mais longo, sair um pouco. O crédito, mesmo sendo caro, se ele for curto, nós temos na pessoa física ou na pessoa jurídica uma certa capacidade de lidar com ele. Pelo menos, é um pouco mais previsível. O duro é o que o senhor estava mencionando como exemplo, o crédito longo, porque quando ele fica incerto, chega uma certa hora que você não consegue pagar em cima disso. A coisa do mercado de capitais — porque nós estamos falando de coisas mais estruturais —, é a única forma, a única forma, de permitir ao empresário, velho ou novo, grande ou pequeno, ter um projeto de crescimento que fique menos dependente dessa oscilações do mercado internacional, esse tipo de coisa. Nisso, nós estamos faltando. Hoje, se a empresa no Brasil quiser crescer, tem duas alternativas, fora os recursos próprios: ou toma dinheiro em real, que é caríssimo, e corre esses riscos, ou toma o dinheiro em dólar. Aí, o dólar estica; subiu — como subiu esse ano, o que também ficará muito complicado —, ou não cresce, ou é vendido para o estrangeiro. Então, é a pequenez do nosso mercado de capitais. O nosso mercado de capitais e o crescimento sustentado, eu não tenho dúvida, são a chave para podermos ter uma chance de mercado de crédito um pouco mais amplo, e não esse que está aí, que é muito caro, muito estreito e curto.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Finalmente, a última questão, Dr. José Roberto. A estrutura do Banco Central, que nós estamos vendo aqui, durante esse processo, nesses dias, é um negócio penoso. Veja o que aconteceu, pelo menos até um certo momento, até o momento dessas intervenções. Tudo isso poderia ter se passado sem que o Banco Central tivesse conhecimento do grau. Essas coisas não acontecem de um dia para o outro. A gente não fica com o patrimônio negativo do dia para o outro. Esse é um processo longo. Ele vai torrando, vai gerenciando mal, vai fraudando — muita coisa é fraude. Enfim, isso é um processo. E, quando se vê, o negócio já está lá nas alturas. O Banco Central tem várias atividades. Algumas delas são atividades puramente regulatórias, de supervisão e fiscalização. Outras são como autoridades monetárias, intervêm no mercado de juros, câmbio, vendem, tiram, põem. Não seria o caso de separar essas duas funções? Eu não sei por que elas estão juntas. Qual seria a necessidade de elas estarem juntas? Por que não separá-las e não criar para o trabalhador de



supervisão, de regulação, uma agência tipicamente como as agências que nós temos? E para o papel de autoridade monetária, sim, aí, é um órgão mais de Governo, com mais presença política, no bom sentido, de fazer as políticas do Governo, todo dia.

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Monetárias.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – As coisas são muito separadas, me parece. Não consigo vê-las tão ligadas assim.

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Neste caso, não tenho dúvida, concordo com o senhor. Sempre achei que uma estrutura de Banco Central puro — que liga a política monetária a esse tipo de coisa, separado de uma estrutura de regulação, que é o que há, entre outros países, nos Estados Unidos, como o senhor sabe —, eu sempre fui favorável a isso. Acho que isso funcionaria melhor em termos de especialização das instituições. Pela natureza, é tão diferente. O argumento contra é que o regulador gera no seu trabalho normal, fiscalizador, etc., informações que tenha uma relevância para a própria política monetária. Claro, se o sistema está mais frágil, o Banco Central puro, digamos assim, vai pensar um pouco mais antes de subir muito abruptamente a taxa de juros e, eventualmente, o inverso. Mas eu acho possível. Existe isso em vários países do mundo. Eu, pessoalmente, sempre fui favorável a essa estrutura, do ponto de vista conceitual.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Estou satisfeito, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Obrigado. Com a palavra o Deputado José Roberto Batochio. Lembro a V.Exas. que, logo após a audiência pública, teremos sessão deliberativa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Sr. Presidente, eminente Deputado Relator, eminente Dr. José Roberto Mendonça de Barros, nosso convidado de hoje, Srs. Deputados, peço desculpas, em primeiro lugar, pelo retardo. Outros compromissos nas diversas comissões me impediram de comparecer no horário designado. Vou formular, portanto, as minhas perguntas, porque são diversas, agregadas. Vou pedir, então, ao ilustre depoente, que as responda, se for possível, de maneira concisa, para que não precisemos alongar esta audiência. Sr. Mendonça de Barros, os depoimentos aqui prestados até o momento não deixaram claro para os membros desta Comissão — ou pelo menos para a maioria daqueles



que têm comparecido com assiduidade aos trabalhos desta Comissão — o fato de que no momento da intervenção do Banco Central no Banco Econômico, haveria de fato a percepção de risco de crise sistêmica. Parece que as pressões políticas, não só em relação a esse banco, mas também em relação ao Banco Nacional, constituíram, na verdade, fator determinante para a criação de uma saída alternativa para o problema, para a crise dessas instituições. Sendo assim, gostaria que V.Sa., na condição de testemunha — e até mais do que testemunha, protagonista mesmo do desenrolar dos acontecimentos no âmbito do Governo Federal —, desse-nos algumas informações, tais como: primeiro, de quem partiu a determinação no sentido de que fossem elaborados estudos ou outros procedimentos com vistas à criação de uma solução alternativa para o problema dos bancos Nacional e Econômico? Segundo, quais foram os técnicos e as autoridades incumbidas de estudar, discutir e propor uma solução para o problema? Terceiro, quais as pessoas de fora do Governo que de alguma forma contribuíram para esses estudos e essas discussões? Quarto, de quem partiu a sugestão do desenho do programa que serviria de inspiração para a conformação definitiva do PROER? Cinco, observando que o Dr. Gustavo Franco não soube responder a essa pergunta, indago se V.Sa. poderia explicitar os indicadores de mercado, tais como, migração atípica de recursos no mercado ou tendência de entesouramento, por parte do público, acima dos níveis normais, que tenham fundamentado verdadeiramente a constatação de que a ausência de um programa com as características do PROER pudesse desencadear uma crise sistêmica no setor financeiro? Quem levantou essa questão, com base nesses supostos indicadores, nessa sintomatologia? Do ponto de vista estritamente técnico, ignoradas as motivações políticas para saídas alternativas, foram feitas algumas simulações no sentido de comparar os custos de um programa como o PROER e os custos que seriam causados, ou acarretados pelas modalidades convencionais de intervenção do Banco Central, essas previstas na lei, tais como intervenção, liquidação extrajudicial, o RAET ou mesmo a estatização desses bancos. Desculpe-me por concentrar todas as indagações em vários itens, mas tenho a impressão de que ficaria mais fácil para V.Sa. respondê-las.

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Agradeço.



O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS - Muito obrigado. Deputado, eu queria colocar, mais uma vez, que eu não participei, em nenhum momento, das operações propriamente ditas, do PROER, e também não da sua concepção detalhada. Só vim a acompanhar depois que aconteceu. Portanto, eu não sou capaz de responder a boa parte das questões que o senhor colocou. O que eu queria aditar, colocar — mencionei aqui mais de uma vez — era que a expectativa, **a priori**, de a possibilidade de um problema maior no Sistema Financeiro como um todo, decorria da rápida redução da inflação e da importância do chamado lucro inflacionário, o **float** na receita dos bancos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - O **float**.

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS - Exatamente. A inflação foi tão alta, pré-Plano Real, que o tamanho da receita era tão significativo — chegou a mais de 5% do PIB —, que o corte abrupto disso sempre produz algum resultado no sistema. É evidente que **a priori** não dá para saber qual a instituição A ou B que vai ter. Mas nós sabíamos que a possibilidade de gerir os mais diversos tipos de instituição. Ainda mencionei aqui, como exemplo, a instituição do COMIF — o Comitê das Instituições Financeiras Federais. Eu não estava no Governo ainda, foi em 94, mas, exatamente, a expectativa de preparar o Banco do Brasil, a Caixa, os bancos federais para uma situação dessa transição, do regime de inflação alta para o regime de inflação baixa. Então, a expectativa de..., a probabilidade de uma coisa sistêmica, ela é alta, e isso eu realmente acredito que nós tínhamos mesmo risco desse tipo, por várias razões. A mais importante sendo essa, eu mencionei ao senhor, do tamanho da perda de receita. Segundo, o fato de que o sistema bancário brasileiro é ainda relativamente amplo, não é, ele atinge — quando eu considero todas as instituições, oficiais e particulares —, ele atinge a população como um todo. E algumas das suas instituições, como a caderneta de poupança, de fato, se mantiveram populares até hoje, não é, durante todo esse período. Então, a probabilidade de questões era muito grande, pela questão do **floating**, pela certeza que aparecimento de riscos de crédito, quando a gente muda a natureza do regime econômico, nessas circunstâncias, e pelas próprias incertezas com inflação, porque nós estávamos num momento em que até o fim de 96, começo de 97, havia muitas dúvidas na sociedade toda, sobre se a inflação de fato tinha caído mesmo, ou seja,



ou se era só uma, uma coisa tipo Plano Real, ou Plano Cruzado, ela caiu e depois voltava. E só no fim de 96 que se pode dizer que o sistema, de fato, a inflação tinha sido debelada. Inclusive, tirando a memória, a correção monetária da estrutura inclusive legal de contratos do mercado de trabalho e tudo o mais. Nesse meio tempo, essa probabilidade seguia sendo uma probabilidade, e um certo risco, não é. E as instituições, de diversos tamanhos, ... Então, o que eu mencionei aqui, é que na verdade para lidar com o sistema financeiro, o PROER foi apenas uma das quatro iniciativas que foram mais ou menos simultâneas, porque houve iniciativas de dar para os bancos federais o aporte de capital do Banco do Brasil, dos bancos estaduais, que foi o PROES, um programa específico para isso, e mesmo com bancos privados, onde em muitos casos não se usou o PROER. São bancos menores, em geral as operações eram menores e tudo o mais. Então, é claro que **a posteriori** é sempre impossível demonstrar a crise sistêmica que não aconteceu. A gente pode reconhecer aquela que aconteceu, não é, outras vai ser sempre uma questão de expectativas, mas como profissional e como, naquele momento, membro do Governo, a partir de 95, realmente, achava que nós tínhamos risco de uma coisa marginalizada, como aconteceu em outros Estados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Permita-me atalhá-lo por um instante.

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS - Não, claro, claro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Diante desse quatro em que a supressão do **floating** apresentava como conseqüência imediato e inevitável uma, digamos assim, diminuição dos ativos, um corte de receita, e sendo isso previsível para a equipe econômica do Governo, não seria o caso de se adotarem outros mecanismos para evitar a crise sistêmica? Porque, se posso depreender que o PROER foi algo concebido exatamente diante da perspectiva dessa crise gerada pela eliminação do **floating**, a equipe econômica tinha presente essa possibilidade de crise. Sendo ela previsível, não seria o caso de se adotarem outros mecanismos menos onerosos para os cofres públicos, para evitar essa crise sistêmica?

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Existe uma dificuldade, não é, porque a expectativa da crise sistêmica, eu posso ter essa expectativa, mas eu não sei **a priori** por onde ela vai começar, especialmente quando as informações



ainda são, como era naquele momento, as informações eram muito limitadas. Os próprios balanços ainda estavam completamente contaminados pelo período de alta inflação. O valor do ativo do patrimônio imobilizado das empresas em geral era baixíssimo, então isso ajudava em alguns casos, em outros casos, mascarava um problema. O complicado de lidar com crise sistêmica do Sistema Financeiro, é que, mesmo que eu tenha alta convicção que ela vai acontecer, é muito difícil saber por onde o fogo começa. Agora, o que se sabe é que, uma vez começado, ele pode espalhar rapidamente. Então, é muito difícil **a priori**. O que se fez com os bancos públicos, a coisa do COMIF, foi uma forma de antecipar um pedaço do problema. O resto, tentou-se acompanhar, acho que... Mas a questão é essa: é difícil **a priori** a gente saber por onde essas coisas começariam, até pela precariedade das informações.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Mas — se V.Sa. escusar o meu conhecimento superficial acerca desses assuntos econômicos —, a mim me parece que — não é preciso ser graduado no MBA — isso é uma conta de mercearia, não é? Quer dizer, se vai cortar a receita, haverá dificuldades em relação, digamos assim, aos ativos, e, conseqüentemente, na solução dos passivos. Então, não há nenhuma grande, digamos assim, elucubração doutrinária. Isso é uma coisa bem palpável, bem real. Por onde ia começar a crise, eu lhe digo, não é, com o raciocínio de um merceeiro da esquina. Quer dizer, se vai desaparecer a receita, se a receita será suprimida teremos uma crise na liquidação do passivo. E sendo isso previsível — aí é que a minha indagação persiste —, por que razão, então, não se adotaram mecanismos econômicos para evitar que essas instituições sofressem esse tipo de problema?

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Deixe-me adicionar uma outra observação, que é o seguinte: na realidade, a expectativa de queda da receita era dado inflacionário, digamos, de **floating**, mas também acontece em estabilizações, especialmente quando ela começa com a chamada âncora cambial, que é, aumenta muito a demanda de crédito do sistema. Porque o sistema, o que aconteceu em 94, 95 e 96, a economia cresce muito rapidamente. Então, o que se imaginava, que é o que de fato aconteceu, em geral, é que tem uma queda abrupta de uma receita mas a construção de uma outra fonte de receita, que são os novos



empréstimos, que em parte amorteceu completamente esse problema, e que adiciona, se me permite, a essa expectativa. Quer dizer, tem uma transição delicada aqui, porque até ao mesmo tempo trazia uma transição maior da inflação alta para a inflação baixa — e o programa não era certo que ele seria vitorioso, acho eu, até o fim de 96 —, e essa situação de um desconhecimento **a priori** de onde essas coisas poderiam acontecer. Eu, especialmente na área do senhor — eu não sou advogado, depois que minha filha se formou em Direito eu tenho mais cuidado ainda de falar, até como leitor de jornal, sobre questões de Direito —, mas, do que me lembro, a legislação da ocasião até impedia atividade preventiva de fiscalização do Banco Central. Eles só podiam entrar quando o sinistro de fato tivesse acontecido, isso é uma mudança da legislação por conta disso. E é isso que está por trás de eu dizer ao senhor que a própria informação de onde poderia vir exatamente esse desequilíbrio era difícil **a priori**. Deixe-me dar só um exemplo mais, ligado ao setor de supermercados ou ao setor de comércio, de atacado. Nós sabíamos que também no setor comercial tinha gente que trabalhava com margem até negativa, em alguns casos. No entanto, o que acabou acontecendo é que algumas empresas foram capazes de, logo no começo do Real, de se reorganizar e calcular suas margens reais, e aí ficaram fortes, porque aproveitaram esse período de vendas, e outras rodaram. Então, indo até para um setor menos alavancado, menos sujeito a risco, isso também aconteceu em larga escala. Por isso que também, se olhasse uma carteira de empresas, é difícil de dizer, **a priori**, quem que podia se sair melhor, quem podia sair pior. E algumas surpresas aconteceram. Gente que a gente imaginava mais frágil, está hoje vivo ou forte, maior, e gente que era tido como a segunda linha nobre da Bolsa de Valores, etc., não está mais aí para contar a história.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Os recursos dos financiamentos do PROER originaram-se de emissão primária de moeda, ou seja, a expansão da base monetária. Seguindo os princípios da política monetária do Governo, essas emissões eram neutralizadas pela colocação líquida de títulos públicos federais no mercado. Indago-lhe, Dr. José Roberto, por que os encargos cobrados nas operações de financiamento do PROER não foram referenciadas no custo médio dessa colocação de títulos, considerando que a fixação dos encargos,



com base no rendimento dos títulos dados em garantia, acrescida de uma taxa de juros de 2% ocasionaria prejuízo adicional para os cofres públicos? De quem partiu a sugestão de estabelecer encargos tão reduzidos para os financiamentos do PROER? E qual a argumentação técnica, o fundamento técnico que foi utilizado para sustentar essa posição, que traduz um privilégio em matéria de taxa de juros? Qual foi o posicionamento e a visão de V.Sa. em relação a esse assunto?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Olha, eu não sei se eu poderia... Só um instante, acho que há...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Com muito prazer.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - ...apenas dois elementos. Primeiro, para nós, pelo menos para mim, não está ainda configurado que o recurso tenha sido da emissão de títulos colocados no mercado. Quer dizer, isso ainda não está perfeitamente configurado. Não sei se o senhor poderia responder a respeito disso. Em segundo lugar, a taxa de juros, pelo que entendi até agora, era a mesma taxa de juros dos títulos que estavam em garantia, mais 2%. Dois por cento era um adicional. Não sei se é isso que está na minha cabeça.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Eu disse: os títulos dados em garantia, acrescidos de uma taxa de juros de 2%. Acrescidos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – É, a taxa não é bem de juros.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Na verdade, eminente Deputado Alberto Goldman, V.Exa. quer saber se houve ou não expansão da base monetária, se houve ou não emissão primária. Claro que houve, não é? Acho que o depoente vai explicar isso.

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Olha, o seguinte, primeiro, muito, uma parte dos créditos do PROER, na realidade, já existiam não como PROER, mas como uma coisa que já tinha passado, quer dizer, se exposição monetária houve, ela tinha ficado no passado num pedaço. Aquilo que já estava financiado ou furado no Banco Central, essa exposição monetária já aconteceu. Então, aquela ação de colocação de títulos públicos com a liberação de créditos do PROER, que muitas vezes era só mudanças de categoria, não é de um para um. Eu tenho aqui um dado, vou dar um exemplo, que era o número concreto que a gente tinha em 96, que era o seguinte: para 7 bilhões... Deixa ver se eu acho a



referenciação para lhes dar um número exato, embora eu tenha na cabeça o número aproximado. Em fim de 96, quando havia... Em maio e junho de 96, havia naquele momento sido liberado do PROER 7.1 bilhões, e a expansão monetária foi apenas de 2,8, porque parte desse crédito era na verdade só transposição e era uma coisa que já existia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Mas isso só neste momento inicial, não é?

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Não, posteriormente, porque algumas dessas coisas vinham lá de trás. Então, já tinha acontecido a expansão. Então a correlação de expansão monetária, da expansão do crédito do PROER com a expansão da colocação de títulos públicos é menos títulos públicos do que a expansão do crédito do PROER, porque parte já aconteceu em algum momento do passado, podendo ou não ter sido esterilizado, está certo, porque algumas dessas coisas vinham lá de trás. Segundo, num primeiro momento, a fonte de financiamento desses créditos eram operações de crédito do Banco Central e a taxa de captação, a taxa de juros relevante, nesse caso, é a taxa de captação do Banco Central e não a taxa SELIC, porque não está tendo necessariamente uma colocação de um para um líquida disso. E essa taxa é muito mais baixa porque o Banco Central tinha recursos de diversos custos e não fazia emissão, necessariamente. Então, claro que existe um custo, isso não tem dúvida que existe um custo, e, agora, a questão é que, além de qual o tamanho dessa taxa de juros, quanto disso é recuperado pelo valor das garantias.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Minha pergunta subsequente vem exatamente nessa linha, complementando essa resposta que V.Sa. nos deu, porque outro grande questionamento que existe em relação ao PROER refere-se ao volume de recursos exigido para atender principalmente as necessidades dos bancos Econômico, Nacional e BAMERINDUS. Então, indago a V.Sa. se poderia nos garantir que os procedimentos utilizados para se estabelecer o valor dos financiamentos do PROER — valor esse que seria necessário para cada operação — foram absolutamente corretos? V.Sa. elimina a possibilidade de que o valor de recursos liberados ao abrigo do PROER possa ter sido superior àquele que realmente teria sido necessário ou existe equivalência rigorosa entre as



necessidades e os recursos suplementares? E, ainda: V.Sa. poderia explicar com detalhes como se operacionalizou a liberação desses recursos, tanto para o banco podre — a terminologia é do glossário — como para o banco adquirente da parte boa, para que possamos compreender melhor esse ajuste?

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Olha, lamentavelmente, nenhum dos quesitos dessa pergunta eu posso dizer qualquer coisa, repito mais uma vez, pela simples razão de que eu não participei diretamente de nenhuma das operações antes, durante e depois, não é? Então, eu desconheço completamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – O Banco Central sempre menciona que uma das principais causas dos problemas que os bancos enfrentaram, após a interrupção abrupta do processo inflacionário, **floating**, teria sido a maneira pela qual aquelas instituições atuaram durante o período da alta inflação, ou seja, os bancos privilegiaram os ganhos elevados auferidos pelo chamado **floating** e as operações de rolagem da dívida mobiliária federal, em detrimento da função básica dessas instituições, qual seja a intermediação financeira. Não entendemos, contudo, como a autoridade monetária acompanhou essa atuação dos bancos de forma passiva — aquilo que disse na minha indagação anterior —, tendo em vista que essa autarquia, na condição de guardião da moeda e da normalidade, da saúde do sistema financeiro, deveria ter obrigação de prever que aquele processo inflacionário seria interrompido a qualquer momento, como disse anteriormente. Deveria prever que aquela situação era insustentável. Desse modo, já poderia prever que após a estabilização do nível geral de preços da economia essas instituições passariam por sérios problemas. Daí, pergunto: considerando esse fato, por que o Banco Central, na sua avaliação, não atuou no sentido de criar mecanismo, no sentido de corrigir esses desvios de função dos bancos, de modo a prevenir os problemas que fatalmente viriam com a interrupção do processo inflacionário? Aqui a pergunta é feita por um outro ângulo: por que se permitiu, durante todo o tempo, por que o Banco Central, que é o guardião da normalidade da vida financeira, do mercado financeiro, permitiu durante tanto tempo que as instituições financeiras brasileiras se nutrissem basicamente dessa ciranda, do **floating**, alijando do eixo da sua atividade básica a intermediação financeira, que



essa, sim, serve para fomentar o crescimento econômico, o setor produtivo e tudo o mais, dinheiro estéril, portanto, a maior parte do lucro das instituições era dinheiro gerando dinheiro, sem nenhum crescimento, um fim em si mesmo. O que justifica a passividade das autoridades do Banco Central?

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Eu acho que o que explica tudo isso é a manutenção de uma inflação renitentemente alta. Eu mencionei aqui no começo que o Brasil é o único país do mundo, junto com a Argentina, que teve inflação acima de 100% por dez anos consecutivos. Não tem registro, que eu conheça, na história, de que isso tenha acontecido. Tem registro de hiperinflação em períodos curtos, mas não 10 anos com 500, 1.000, 1.200. Então, esse é mãe de todos os problemas, que afetou mais o sistema bancário, certamente, mas também todas as atividades produtivas. As empresas produtivas também nos anos 80 deram muito mais atenção à gestão financeira do que aos seus negócios. Eu lembro de me cansar de ir às empresas e ver mesa de operação montada. Isso hoje não existe mais. Havia empresa que ao invés de preocupar com aquilo que fazia, com a indústria e tudo o mais, estava preocupada, porque era uma questão de sobrevivência. Eu acho que a questão, Deputado, é isso, quer dizer, a inflação alta matava todas as atividades mais produtivas, por isso que nós tivemos a década de 80 sem crescimento. Sabia-se também que, portanto, reduzir a inflação era condição **sine qua non** para retomar a chance de crescer. Sabia-se também que, quando isso acontecesse — porque essa história é de uma porção de outros países —, a probabilidade de ter algum problema no sistema financeiro era muito alta. Sua questão procede, certamente, o que foi feito para prevenir esse tipo de coisa, não é? As ações foram tomadas. Imaginava-se que o setor público seria mais fortemente afetado e que...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Então, seria o caso da criação de uma central de avaliação de riscos, por exemplo, ou a elaboração de um projeto de lei que permitisse ao Banco Central uma ação preventiva?

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Isso. O senhor tem toda... Tanto que a lei foi mudada para isso mesmo, não é, quer dizer, é muito... É verdade que ao longo do... junto com os problemas, não foi antecipado, o que teria sido melhor, sem dúvida, não é? Duas das mudanças de legislação foram aquela de



permitir a fiscalização preventiva e não aquela que só permitiu ao Banco Central entrar quando havia o problema, e, segundo, exatamente a mudança na legislação — na regulação, é mais que legislação, é mais precisa —, na regulação generalizada, que incluiu exterior, incluiu todas as agências, todas as coisas e inclusive uma central de risco, que é o que existe hoje.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Foi a partir daí, permita-me V.Sa., então, que se cuidou mais de estabelecer um mecanismo profilático, abandonando aquela visão terapêutica **a posteriori**?

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – É verdade. Foi em cima disso. O senhor vê, mesmo na gestão do próprio sistema, o nosso crédito ao consumidor, por exemplo, que é uma coisa que vinha de muito tempo e é muito generalizada, o sistema financeiro público e privado sempre teve apenas o cadastro negativo, que é quem não paga. É muito recente que seguradoras, que o sistema de crédito, cartão de crédito, tenha um cadastro positivo. Mais importante que saber quem não paga é saber quem paga há dez anos pontualmente e para esse cliente vamos oferecer vantagens. Isso é algo também que só apareceu na economia brasileira de 4 anos para cá, quer dizer, depois de convencido que a estabilidade veio para ficar mesmo... Então, essa mudança é uma mudança difícil mesmo de ser feita, abrange praticamente tudo, passa por discussão de base, de legislação, de criação, de instrumentação, etc., e infelizmente muitas vezes correm atrás dos problemas e não adiante dos problemas, que sempre seria o ideal. Mas não é só nessa situação que isso ocorre com frequência. A legislação também é dinâmica nesse sentido. As situações vão mudando e aí a regulação é atualizar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Vamos falar um pouco sobre o BAMERINDUS, em especificidades. O Sr. José Eduardo Andrade Vieira, num depoimento prestado na CPI dos Bancos, no Senado Federal, em 9 de junho de 1999, entre outras coisas, insinuou que o próprio Banco Central teria se encarregado de plantar notícias na mídia e simular dificuldades do Banco BAMERINDUS, fato que contribuiu efetivamente para a deterioração das contas daquela instituição. Além disso, acreditava o Sr. Andrade Vieira, segundo ele mesmo disse lá, que esse comportamento do Banco Central fazia parte de um processo de desnacionalização do sistema financeiro e desse modo haveria o comprometimento,



adredemente existente, da venda do banco para uma instituição bancária estrangeira, especificamente estrangeira, em especial para o HSBC. Cita, então, diversos episódios que contribuíram para esse seu entendimento, dentre os quais menciona que o Banco Central negociou com os bancos interessados sem que ele tivesse qualquer conhecimento dos termos em que esses empreendimentos se processavam. Então, pergunto a V.Sa. se poderia nos fazer um breve relatório da atuação do Ministério da Fazenda nesse processo e de que maneira teria atuado, em conjunto com o Banco Central, no sentido de desestimular o interesse de bancos nacionais e ao mesmo tempo provocar o interesse dos bancos estrangeiros por essa aquisição, especialmente o HSBC? Se isso é positivo, de quem partiu a sugestão ou uma determinação no sentido de preferir, de se dar preferência aos bancos estrangeiros no processo de compra do Banco BAMERINDUS? Considerando ainda que as alegações no sentido de que os bancos estrangeiros trariam mais tecnologia, maior experiência em operações de crédito, novas metodologias de avaliação de risco e outros benefícios, foram desmentidas na prática. Então, qual foi o real interesse do Governo na venda do BAMERINDUS para um banco estrangeiro?

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Tudo o que eu posso ainda afirmar é que desnacionalização do sistema bancário brasileiro nunca foi objetivo das autoridades econômicas, ao contrário, mencionei aqui que o Brasil é o único caso de país emergente que tenha passado por uma abertura externa, uma abertura financeira e estabilização, onde remanesce como importante e mais importantes de todos, os bancos nacionais. Só para mencionar o caso da Argentina, aqui do lado, o Banco Galícia é o único banco privado que remanesceu do sistema bancário argentino. Nós aqui ainda temos toda liderança do sistema bancário brasileiro, que continua sendo constituído por bancos nacionais. Da mesma forma, bancos médios. Certamente, isso eu posso afirmar, nunca foi objetivo declarado de qualquer coisa, desnacionalização, o resultado é esse. Segundo, até onde eu sei, certamente minha opinião é essa, mencionei aqui há pouco, a propósito de uma questão do Sr. Relator, a tecnologia bancária brasileira sempre foi extremamente desenvolvida, até para uma inflação, mais uma vez. O grau de sofisticação dos sistemas bancários brasileiros é enorme. Até hoje, você não consegue compensar, nos Estados Unidos e na Europa, um cheque, no mesmo dia, como se compensa



aqui. E não é de hoje, mas há 12 anos, há 13 anos. Então, a tecnologia do banco como um todo, realmente, dos bancos nacionais sempre foi, das empresas, não é, porque não é só dos bancos, tem uma porção de empresas de **software**, que são nacionais e exportam tecnologia e se desenvolveram por esse período. Agora, com relação especificamente à operação, mais uma vez eu queria colocar ao senhor que eu não participei diretamente de nenhuma das operações, então desconheço...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E nunca teve notícia de que por qualquer forma o HSBC tivesse prioridade ou preferência na aquisição do BAMERINDUS?

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Nunca tive notícia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Vou fazer uma última indagação: V.Sa., em defesa do PROER, argumentava seguidamente que esse programa era importante para evitar, abro aspas, as palavras são suas, “os graves problemas bancários ocorridos nos países asiáticos”, fecho aspas. O senhor poderia nos explicar com detalhes, e não apenas, digamos assim, nas linhas gerais, o que de fato ocorreu com o sistema bancário dos países asiáticos, a diferença entre as ações desenvolvidas por aqueles países e pelo Brasil, no enfrentamento do problema? Qual problema? Ameaça de crise sistêmica.

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – É, os países asiáticos, quer dizer, bom, especialmente o caso do Japão, da Coreia e de Taiwan, vale também um pouco para a Malásia, para a Indonésia, e, e, eles tinham... o problema lá, a natureza era diferente, eles nunca tiveram inflação, mas tiveram, sempre tiveram volumes absolutamente monumentais de crédito. Uma empresa média, coreana tinha tipicamente 2, 3 bilhões de dólares de dívida bancária. E o que acabou acontecendo é que direta ou indiretamente uma boa parte das crises bancárias acabou implicando, primeiro, na assunção de dívida por parte do Tesouro de quantidades enormes. No caso da Coreia, o sistema é quase inteiro estatizado por conta disso. No caso japonês, pela participação intensa do Tesouro e do próprio Banco Central no resgate contínuo, que tem dez anos que não pára. E, no caso japonês, certamente, uma parte da estagnação, 12 anos agora da economia japonesa tem a ver exatamente com a implosão do sistema bancário e da redução do valor das garantias, lá atrás, num sistema que gerava muito crédito, e que até



hoje não conseguiu absorver esse tipo de coisa. Então, a observação era nesse sentido, que os problemas de crise... Quando apareceu a crise internacional na Ásia todo o setor financeiro sofreu questões. Por exemplo, uma recente, que é desse ano ainda. Taiwan, que é uma economia extremamente forte, típica de empresas pequenas, especializada em eletrônica, nesse tipo de coisa, ela foi rebaixada e tem problema porque tem um sistema financeiro muito frágil até hoje por conta disso. A economia é ótima, o sistema financeiro que é ruim e tem enfrentado problemas. Nós sabemos que o caminho é diferente, um é via crédito, que tem um lado bom, mas tem o lado ruim, e isso nós vemos pela inflação, não é? Então, as crises sistêmicas, por razões ou de estabilização ou desse tipo asiático, foram muito recorrentes dos antigos anos 80 e começo dos anos 90, não é? E o Brasil nunca fez parte do grupo. Várias avaliações da Mudis, do Economist internacionais, sempre se destaca, desde 97, mais ou menos, o Brasil como um País que conseguiu passar ao largo desse tipo de crise. Eu acho que não é só um programa tipo PROER, como mencionei aqui mais uma vez, um conjunto de ações nos bancos públicos e nos bancos privados, através do PROER e de outras coisas, que acabaram resultando nisso. E queria reafirmar para o senhor a minha convicção de que isso não foi a condição suficiente, evidentemente, mas foi uma condição necessária para que a estabilização fosse bem sucedida e que a gente pudesse ter passado, como passamos de 97 para frente, por uma série de choques dessa natureza sem que a inflação voltasse, porque é extraordinário, o último sendo uma desvalorização da taxa do dólar absolutamente fenomenal. E nós estamos falando de taxa de inflação ainda de 6%, 7%, que são extraordinárias. O Brasil virou um caso nesse sentido, não é? E acho que um pedaço tem a ver com o que se fez com o sistema bancário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Agradeço a V.S^a a gentileza com que respondeu as minhas indagações.

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS Eu que agradeço. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Sr. Presidente, terminei. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Agradeço ao Deputado Batochio. Consulto se o Sr. José Roberto gostaria de fazer alguma intervenção final, alguma avaliação.

O SR. JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS – Não, eu só queria agradecer a oportunidade de ter estado aqui, a gentileza inclusive dos questionamentos e esperar que tenha sido de alguma utilidade aí para os trabalhos da Casa, e agradecer a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Obrigado, Dr. José Roberto. Antes de fazer uma pequena suspensão para passarmos à sessão deliberativa, quero informar que, salvo alguma alteração no decorrer, nós já temos praticamente a pauta de agendas para as próximas duas semanas, antes do recesso Parlamentar. Na próxima terça-feira, o Dr. Gustavo Loyola; na próxima quinta-feira, dia 6, às 9 da manhã, aguardando só uma confirmação, o Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan; no dia 11, o Presidente do HSBC, Dr. Michel Geoghegan e o representante da Associação dos Minoritários do Banco BAMERINDUS, Dr. Elpídio Ribas, que virá na condição de convidado; no dia 12, o Dr. Pedro Moreira Sales, do Banco UNIBANCO e Dr. Ezequiel Nasser, do ex-Banco Excel; e no dia 13, terminando a nossa primeira etapa, antes do recesso Parlamentar, o Presidente do Banco Central, Dr. Arminio Fraga. Então suspendo a sessão e já vamos retomá-la para prosseguimento em sessão deliberativa. Reiterando o agradecimento ao Dr. José Roberto Mendonça de Barros que inclusive mudou a data, atendendo um apelo da Comissão.